

ATA N.º 10/2016:

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 18 DE ABRIL DE 2016:

No dia dezoito de abril de dois mil e dezasseis, pelas quinze horas e quinze minutos, no Auditório da Biblioteca Municipal de Palmela, reuniu, extraordinariamente, a Câmara Municipal, sob a Presidência de Álvaro Manuel Balseiro Amaro, Presidente, encontrando-se presentes os Vereadores António Manuel da Silva Braz, Adília Maria Prates Candeias, Adilo Oliveira Costa, Pedro Gonçalo da Ponte Marques Taleço, Luís Miguel Reisinho de Oliveira Calha, Paulo Jorge Simões Ribeiro, Fernanda Manuela Almeida Pésinho e Cristina Maria de Carvalho Baptista Vasques Rodrigues.

O **Sr. Presidente** cumprimenta o executivo camarário, jornalistas, dirigentes e trabalhadores presentes.

O **Sr. Presidente** relembra que a Sra. Vereadora Maria da Natividade Charneca Coelho solicitou a suspensão do mandato, durante o período de 1 de abril a 1 de julho de 2016, pelo que, no período em referência, é substituída pelo Sr. António Manuel da Silva Braz.

A Ordem do Dia desta reunião de Câmara é constituída pelos seguintes pontos:

PONTO 1 – Prestação de Contas 2015

PONTO 2 – 3.ª Alteração ao Orçamento 2016 e Grandes Opções do Plano 2016-2019

PONTO 3 – Palmela Desporto, E.M. – Relatório e Prestação de Contas 2015

O **Sr. Presidente** refere que esta reunião não tem o Período Antes da Ordem do Dia, nem o Período destinado ao Público por ser extraordinária, facto pelo qual vai imediatamente dar início à Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente dá conhecimento que a Ordem do Dia desta reunião de Câmara é constituída pelos pontos que são enunciados no início desta ata.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL

Antes de passar à apresentação da proposta – Prestação de Contas 2015 -, o **Sr. Presidente** faz a leitura da Introdução, que se transcreve na íntegra:

INTRODUÇÃO

"Num contexto de grandes dificuldades, com meios materiais e humanos muito abaixo das necessidades para a concretização de todas as ações e investimentos necessários, o Município registou, em 2015, uma taxa de execução das Grandes Opções do Plano (GOP) de 86,9% e consolidou projetos que permitirão, até final deste mandato, reafirmar a centralidade do território de Palmela no contexto da Área Metropolitana de Lisboa.

Um grande esforço de organização, de envolvimento dos trabalhadores municipais e de rentabilização de meios, com o recurso redobrado ao trabalho por administração direta, permitiu ir para além do que integrava as GOP e acolher um conjunto significativo de duas dezenas de novas propostas, que decorreram dos processos de participação dinamizados pelo Município. Das 262 ações que integravam o plano de atividades para 2015, foram concluídas 240, em todas as áreas de intervenção municipal.

A relação estreita e permanente com os parceiros locais – juntas de freguesia, associações representativas de setores de atividade económica, empresas, IPSS, comunidade educativa, associações culturais, desportivas, de moradores, entre outras, tem permitido intervir nos processos de desenvolvimento económico, social e cultural, de forma a corresponder às suas necessidades e a induzir um desenvolvimento harmonioso e sustentado do território.

Em 2015, o Município firmou, por outro lado, compromissos importantes com a Administração Central para a concretização de investimentos muito reivindicados e urgentes no concelho, designadamente, o Centro de Saúde de Pinhal Novo – Sul, a regularização da Ribeira da Salgueirinha e a estabilização das Encostas do Castelo de Palmela.

A saúde financeira do Município permitiu um trabalho empenhado na preparação de candidaturas a fundos comunitários, designadamente, no âmbito do Programa Portugal 2020, para o desenvolvimento do território em diversos domínios.

QUALIFICAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO

A prestação do serviço público de qualidade, que corresponda aos objetivos fixados e às expectativas e necessidades da população é uma preocupação constante e exige um esforço permanente, no sentido de encontrar as formas mais adequadas ao seu exercício.

Nos últimos cinco anos, por força das imposições da administração central, de redução de quadros e restrição à contratação, o Município perdeu mais de uma centena de efetivos. No final de 2015, registavam-se 900 trabalhadores/as, sendo 56% mulheres e 44% homens, sendo o grupo de assistente operacional 51% do total.

A rentabilização de meios, a conservação de edifícios e instalações municipais, a formação permanente de quadros, a garantia das condições de trabalho e atendimento adequadas e a informação e auscultação das populações, no sentido aferir prioridades e conhecer melhor o território são fundamentais na qualificação e modernização do serviço público.

As obras de beneficiação nas instalações municipais, há muito adiadas pela necessidade de priorizar outros investimentos urgentes, tornaram-se, este ano, inadiáveis. Foram, assim, concretizadas, entre outras, obras nos armazéns gerais, na Biblioteca Municipal de Palmela, no Centro Comunitário de Águas de Moura, de remodelação de redes de eletricidade e outras infraestruturas. Foi iniciado o processo de renovação da frota de viaturas e maquinaria, já com muitos anos e sujeita agora um novo desgaste por via do aumento do trabalho por administração direta.

Componente importante da relação com os munícipes, o atendimento municipal registou, nos seus quatro postos, 72.295 atendimentos presenciais, mais 1.260 que no ano anterior.

Os projetos específicos de gestão participada conheceram novas fases de desenvolvimento e maturação, com resultados positivos e maior expressão na gestão pública. As Semanas das Freguesias, o Orçamento Participativo, os projetos "Eu Conheço. Eu Participo!", com o envolvimento das crianças e comunidade escolar, o "(A)Gente do Bairro", de mobilização de cidadãos para a qualificação do espaço público, acrescentaram novas propostas de intervenção cívica e municipal.

Em 2015, foram ainda desenvolvidas medidas internas de sensibilização e capacitação no domínio da igualdade de género. Entre outras ações, foi elaborado e divulgado internamente o Guia Prático para Aplicação da Comunicação Inclusiva no Município de Palmela, com a supervisão da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.

DESENVOLVIMENTO EDUCATIVO, SOCIAL, CULTURAL E DESPORTIVO

O Município assume como estratégica para o desenvolvimento do território a Educação, num sentido mais abrangente, de formação plena dos mais novos cidadãos, tendo como orientação o direito de todos a uma escola inclusiva, numa ligação permanente com o meio.

Nesse sentido, foram assumidas as competências e atribuições no que respeita à conservação, apetrechamento e conservação do parque escolar do 1º ciclo e pré-escolar, a gestão e funcionamento dos estabelecimentos de ensino, a ação social escolar e transportes escolares.

Mais de duas dezenas de escolas e jardins de infância foram objeto de obras de beneficiação, das quais se destacam a EB Palmela2, EB Alberto Valente e o JI de Vale da Vila, e foram concluídos os projetos para a requalificação da EB Águas de Moura 1 e ampliação da EB de Aires. A conservação e manutenção correntes das escolas do 1º ciclo constitui uma competência descentralizada para as juntas de freguesia, com a correspondente transferência de meios financeiros da Câmara Municipal para o efeito.

Significativo foi ainda o investimento na renovação do equipamento informático das escolas básicas e J.I. do concelho (123 kits).

Foram, por outro lado, consolidados e apoiados projetos educativos das escolas e outros, de iniciativa municipal, que contaram com o envolvimento da comunidade educativa. Entre estes, destacam-se o Projeto Fantasiarte, que completou 20 anos de aproximação das crianças às diversas expressões artísticas, o "Aprender a Nadar", que permitiu, neste período, a aprendizagem da natação a 745 crianças de 12 escolas e os Jogos Desportivos Escolares, que reuniram em nove modalidades mais de 1.600 alunos das EB 2/3 e Secundárias do concelho.

Componente determinante para o sucesso educativo, a ação social escolar beneficiou 40,8% e 41,3% da população escolar, nos anos letivos de 2014/2015 e 2015/2016, respetivamente. Destacam-se dos apoios mais expressivos os auxílios diretos para a aquisição de livros e material escolar, com um aumento da verba de 50 para 65 euros, do ano letivo transato para o atual, e o programa de alimentação escolar, através do qual se fornecem diariamente três mil refeições, das quais 1.328 são gratuitas. A dispersão do território torna, ainda, imprescindível o transporte escolar para todas as crianças que residam a mais de dois quilómetros dos respetivos estabelecimentos de ensino, embora a lei determine a sua aplicação a partir dos quatro quilómetros. São 2.241 os alunos transportados no ano letivo 2015/2016.

No plano cultural, intensificou-se a colaboração com o movimento associativo, reconhecendo o seu papel dinamizador das comunidades e foram apoiadas iniciativas promovidas pelas associações ou estabelecidas parcerias com a autarquia.

O Município promoveu, acolheu e apoiou centenas de manifestações culturais nas diversas áreas de expressão artística, sendo de destacar a Sinfonia de Palmela, da autoria do maestro Jorge Salgueiro, que assinalou, no Cine Teatro S. João, o Dia do Concelho, o retomar do Festival Internacional de Gigantes, a Feira Medieval de Palmela, Festival Internacional de Música de Palmela, Homenagem ao Cante Alentejano e a programação específica que assinalou o Mês da Música, a Semana da Dança ou a Queima do Judas e as Janeiras, rituais com um crescente envolvimento das associações e da comunidade.

Destaque, ainda para a realização do VII Encontro Internacional sobre Ordens Militares, que reuniu, uma vez mais, em Palmela, dezenas de investigadores nacionais e estrangeiros com trabalhos enriquecedores para reflexão e debate do tema.

O ano de 2015 fica marcado ainda pela abertura do Centro Comunitário de Águas de Moura, um novo equipamento, com programação regular e disponível para o acolhimento de dinâmicas socioculturais e de desenvolvimento local.

No domínio do Desporto, Recreio e Lazer, foram executadas diversas beneficiações em espaços de jogo e recreio e polidesportivos, entre os quais o EJR na Urbanização Nogueira e Matos, o Polidesportivo José Maria dos Santos, em Pinhal Novo, e o EJR do Jardim de Aires.

Mantiveram-se os programas de desenvolvimento desportivo do atletismo, judo, basquetebol, ciclismo e ginástica e os programas específicos como o "Mexa-se em Palmela".

Verificou-se uma procura crescente do território para os desportos de ar livre e, nesse âmbito, o Município apoiou ou coorganizou vários eventos desportivos, entre os quais o Palmela Run e 10º Grande Prémio da Arrábida e o Granfondo Arrábida.

Foram reforçadas as participações ao investimento, e, nesse âmbito, foi apoiada a colocação de relva sintética no Campo do Palmelense Futebol Clube e a aquisição de uma carrinha para o Clube Desportivo Pinhalnovoense.

QUALIFICAÇÃO DO TERRITÓRIO

A iluminação cenográfica do Castelo de Palmela e o Espaço Cidadão, no Centro Histórico, constituem dois grandes investimentos para a qualificação da sede do concelho, mas também para a sua projeção no contexto da região - no primeiro caso, pela grande visibilidade e enriquecimento do monumento nacional e, no segundo, pela solução encontrada para a recuperação de grande complexidade de um edifício milenar.

O equilíbrio entre os espaços rurais e urbanos do território e a necessidade de conferir a cada um deles as condições de conforto e a qualidade de vida das comunidades que os habitam constitui um objetivo sempre presente nas opções de investimento municipal.

A rede viária e as acessibilidades, o saneamento e abastecimento de água representam uma fatia significativa do investimento, num território de 465 quilómetros quadrados, a maioria dos quais em espaço rural, com aglomerados habitacionais dispersos.

Em 2015, novos passos foram dados no sentido de pavimentar mais caminhos rurais estruturantes, beneficiar rede viária em espaço urbano e reforçar as condições de circulação e segurança em zonas de maior tráfego. Muitas das intervenções foram executadas por administração direta. Destacam-se, entre outras, a pavimentação dos Aceiros das Sapatarias e dos Arraiados, em Pinhal Novo, a Rua Francisco José Bento, em Fernando Pó, a beneficiação de um troço de estrada em Vila Amélia, a pavimentação da Rua de S. Julião, em Palmela, as ruas

Miguel Cândido e de Goa, em Cabanas, e de um troço da Rua Francisco Assunção Pinho, no Lau.

No que se refere à ampliação e remodelação das redes de saneamento, são significativas, entre outras, as construções de novas redes na Rua de S. Julião, em Palmela, Rua José Luís Cipriano, em Quinta do Anjo, Rua Joaquim Ferreira Calote, em Cabanas, e Ruas 1º de Maio e 25 de Abril, na Carregueira, em Pinhal Novo.

A ampliação e renovação das redes de abastecimento de água tiveram, este ano, um maior investimento, beneficiando, entre outras, as ruas Miguel Cândido e Marcolino Júlio da Costa, em Cabanas, El-Rei D. Dinis, em Quinta do Anjo, e Travessa do Brazão, em Palmela.

O reforço da eficiência energética em equipamentos e edifícios públicos, quer com o recurso a tecnologia LED, quer por formas de controlo automático e sistemas de iluminação inteligentes, reduziram substancialmente os gastos, nomeadamente, na Biblioteca Municipal de Palmela, no Castelo, Alameda 25 de Abril e pontos diversos de iluminação pública.

No âmbito da Proteção Civil, mantiveram-se as participações às três associações de bombeiros para o funcionamento dos Grupos de Bombeiros Permanentes e intensificaram-se as ações no domínio sensibilização e formação das populações e grupos específicos para a prevenção, através da Academia da Proteção Civil.

PROMOÇÃO E VALORIZAÇÃO DA ECONOMIA LOCAL

A estratégia de desenvolvimento turístico do concelho, aliada à valorização da economia local e à promoção do património natural, histórico e humano marcaram a intervenção do Município, quer nas muitas dezenas de iniciativas que decorreram no concelho, quer na representação em eventos nacionais e internacionais.

O Festival do Queijo, Pão e Vinho, a Mostra de Vinhos de Fernando Pó, a Feira Agrícola e Comercial de Poceirão, as comemorações do Dia Mundial do Turismo e do Dia Europeu do Enoturismo e o projeto Palmela, Experiências com Sabor são algumas das iniciativas a destacar.

A campanha "Palmela Conquista" foi a principal linha de promoção da oferta turística do concelho, com um aumento do número de parcerias e reforço do trabalho em rede.

Em 2015, foi implementado o sistema de áudio guias, disponível no Posto de Turismo e na Casa Mãe da Rota de Vinhos, que permite ao turista visitas comentadas por local de passagem, num percurso de 41 pontos de interesse.

Decorreu neste período o Fórum Turismo Cultural - Qualificação, Inovação e Desenvolvimento, destinado a profissionais e empresários turísticos e outros agentes de desenvolvimento local, que reuniu duas centenas de participantes e contou com a presença de representantes de entidades públicas do setor.

ANÁLISE ORÇAMENTAL E PATRIMONIAL

As receitas arrecadadas, cerca de 40,9 milhões de euros, correspondem ao segundo valor mais baixo do quadriénio 2012-2015, ainda assim superior ao valor de 2014, e apresentam uma taxa de execução de 103,3 %, a segunda mais elevada desde 2003. Comparativamente a 2012, as receitas diminuíram cerca de 117 mil euros.

Os Impostos Diretos apresentam um valor de 20 milhões de euros e assumem, no seu conjunto, o maior peso, representando 49% do total da receita arrecadada.

Os Impostos Indiretos apresentam uma evolução positiva significativa (+54,7%) em comparação com o valor arrecadado no ano 2014. O acréscimo registado (+538 mil euros) decorre em grande medida das seguintes ocorrências: o pagamento em dezembro pela operadora Setgás das taxas de ocupação de solo e subsolo (412 mil euros) referentes a 2016; o pagamento em 2015 de taxas de edificação pela empresa Visteon (145 mil euros).

No capítulo da despesa, foram efetuados pagamentos no valor de 40,2 milhões de euros, mais 5,2% que no ano transato, dos quais, 20,9 milhões de euros, afetos diretamente às Grandes Opções do Plano. A taxa de execução de pagamentos foi de 90,7%.

Os indicadores de eficácia, medidos tendo em consideração o grau de concretização financeira dos objetivos traçados para o quadriénio 2012-2015, melhoram significativamente: a eficácia da concretização da receita passou, de 78,0% para 103,3%, entre os anos de 2012 e 2015; no caso da despesa e para o mesmo período o indicador passou de 76,3%, em 2012, para 90,7%, em 2015.

As despesas com pessoal, relativas a um total de 900 trabalhadores (mais 2 que no ano transato), representam 17,3 milhões de euros, um decréscimo de 1,9 % face ao ano anterior.

Na aquisição de bens de capital, regista-se um acréscimo face a 2014 (+16,9%), e uma taxa de execução de 66%.

A rubrica de Passivos Financeiros regista uma diminuição de 3,4% (-184 mil euros). As amortizações financeiras de empréstimos de médio e longo prazo apresentam, em termos absolutos, o valor mais baixo do quadriénio (1,9 milhões de euros). O ano 2015 apresenta o valor mais baixo em termos de endividamento bancário no quadriénio.

A rubrica de Aquisição de Bens e Serviços, com pagamentos no valor de 15,1 milhões de euros, comparativamente ao ano 2014, cresceu 14% em 2015 (+1,8 milhões de euros) devido ao pagamento dos serviços prestados aos sistemas multimunicipais, em particular o pagamento antecipado de parte da dívida à Águas de Lisboa e Vale do Tejo (ex-Simarsul).

As receitas correntes foram superiores às despesas correntes, dando cumprimento ao princípio do equilíbrio orçamental.

No final de 2015, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro – Lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso, de um total de 4,4 milhões de euros, não existe qualquer valor de faturas em atraso, estando estabelecidos acordos de pagamentos com os fornecedores Amarsul, SA e Águas de Lisboa e Vale do Tejo, no valor de 3,7 milhões de euros. Regista-se assim uma melhoria face aos valores existentes em 2014, que apresentavam um total de 5,8 milhões de euros.

À mesma data, estavam por receber de dívidas ao município cerca de 2,3 milhões de euros, não estando incluídos neste montante receitas provenientes de impostos municipais, cujos dados ainda não foi possível apurar com rigor.

Finalmente, o resultado líquido do exercício, embora permaneça negativo (1,4 milhões de euros), melhora significativamente face ao resultado obtido no exercício de 2014 (2,4 milhões de euros).”

Em seguida, o **Sr. Presidente** apresenta a proposta:

PONTO 1 – Prestação de Contas 2015.

PROPOSTA N.º DADO 01_10-16:

«A Prestação de Contas relativa ao ano económico de 2015, documento de execução financeira do Orçamento e Grandes Opções do Plano, continua a refletir as dificuldades económicas e financeiras existentes a nível nacional e local, conforme se pode atestar pelo valor total da receita arrecadada no ano, cerca de 40,9 milhões de euros, o segundo mais baixo do quadriénio, ainda assim superior ao valor de 2014.

De facto, à exceção da Derrama e dos Impostos Indiretos, que apresentam um desempenho positivo em 2015, nenhuma outra receita diretamente imputável à atividade económica inverteu a tendência negativa iniciada em 2008/2009, com particular destaque para o IMT (- 21,5% face a 2014).

Registou-se contudo, fruto em grande medida do rigor e prudência na estimativa da receita, uma elevada taxa de execução (103,3%), a segunda mais elevada desde 2003.

Os Impostos Diretos apresentam um valor de 20 milhões de euros e assumem, no seu conjunto, o maior peso (49%) do total da receita arrecadada. Em termos absolutos verificou-se um acréscimo de cerca de 1,2 milhões de euros, relativamente ao ano 2014.

As Transferências de Capital apresentam a menor taxa de execução no ano 2015 face à dotação prevista (29,7% e -923 mil euros) devido, no fundamental, ao adiamento para 2016 das transferências finais relativas a candidaturas ao QREN em regime de *overbooking*.

Em termos orçamentais, na ótica de caixa, verificou-se uma receita de cerca de 40,9 milhões de euros e uma despesa de cerca de 40,2 milhões de euros, pelo que se obteve um saldo orçamental de cerca de 675 mil euros a que acresce o saldo transitado de 2014 no valor de cerca de 5,9 milhões de euros, transitando para 2016 um saldo de 6,6 milhões de euros.

No capítulo da despesa foram efetuados pagamentos no valor de 40,2 milhões de euros, mais 5,2% que no ano 2014, dos quais 20,9 milhões de euros afetos diretamente às Grandes Opções do Plano, ou seja, mais de metade do valor da despesa total paga é imputada às Grandes Opções do Plano. A taxa de execução de pagamentos foi de 90,7%.

As despesas com pessoal, no valor de 17,3 milhões de euros, sofreram um decréscimo de 1,9% comparativamente com o ano anterior e remuneraram um total de 900 trabalhadores (mais 2 do que em 2014).

As despesas de capital-investimentos tiveram um acréscimo de 16,9% (+385 mil euros), fixando-se a taxa de execução em 66%.

A rubrica de Aquisição de Bens e Serviços, regista um total de pagamentos no valor de 15,1 milhões de euros. Comparativamente ao ano 2014 cresceu 14% em 2015 (+1,8 milhões de euros) devido ao pagamento dos serviços prestados aos sistemas multimunicipais, em particular o pagamento antecipado de parte da dívida contratada à Águas de Lisboa e Vale do Tejo, SA (ex-Simarsul).

As receitas correntes foram superiores às despesas correntes no respeito pelo cumprimento do princípio do equilíbrio orçamental.

No final de 2015, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro – Lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso, de um total de 4,4 milhões de euros, não existe qualquer valor de faturas em atraso, estando estabelecidos acordos de pagamentos com os fornecedores Amarsul, SA e Águas de Lisboa e Vale do Tejo, SA (ex-Simarsul) no valor de 3,7 milhões de euros. Regista-se assim uma melhoria face aos valores existentes em 2014, que apresentavam um total de 5,8 milhões de euros.

À mesma data, estavam por receber de dívidas ao município cerca de 2,3 milhões de euros, não estando incluídos neste montante receitas provenientes de impostos municipais, cujos dados ainda não foi possível apurar com rigor.

Os Ativos Financeiros apresentam em 2015, uma execução de 251.398 euros, que corresponde ao início da realização do capital social do Fundo de Apoio Municipal, atribuído ao Município de Palmela. De acordo com o nº 4 do art. 17º da Lei nº 53/2014, de 25 de agosto, a contribuição global do Município de Palmela é de 1.759.787,30€, sendo a realização deste montante efetuada em 7 anos, com término em 2020.

Assim, **propõe-se** que:

- Nos termos da alínea i) do n.º 1, do art.º 33º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a aprovação do documento de Prestação de Contas do Município, relativo ao ano económico de 2015, para posterior apreciação e votação pela Assembleia Municipal, nos termos da alínea l) do n.º 2 do art.º 25º do mesmo diploma;
- Nos termos do ponto 2.7.3. do Decreto-lei 54-A/99, de 22 de fevereiro, os resultados líquidos obtidos no exercício económico, sejam transferidos para “Resultados Transitados”.

Sobre a proposta de Prestação de Contas 2015, numerada DADO 01_10-16 intervêm:

A **Sra. Vereadora Cristina Rodrigues** apresenta cumprimentos.

A **Sra. Vereadora Cristina Rodrigues** efetua uma análise macro ao documento em apreciação, nos termos que passam a ser explanados:

. A receita que se previa arrecadar era de 39,6 milhões de euros, e a que foi efetivamente foi arrecadada cifra-se em 40,9 milhões de euros: uma diferença de 1,3 milhões de euros a mais do que o previsto;

. O saldo de gerência a transitar para 2016 é de 6,5 milhões de euros;

. A receita proveniente da arrecadação da taxa do IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis) é de 12.947 mil euros, onde estão incluídos os 1,3 milhões de euros de receita a mais do que o previsto;

. Verifica-se um aumento da participação do Município no IRS (Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares). Esse aumento ascende a 695 mil euros. Os/as Eleitos/as do PS tinham apresentando à Câmara Municipal, para deliberação, uma proposta no sentido da devolução de 1% da coleta do IRS; em 3.119 milhões de euros, cerca de 300 mil euros tinham sido devolvidos aos contribuintes. Numa situação deste género há sempre a questão que se levanta “quem paga muito, vai receber muito”, face ao que quer lembrar que 1% de ‘muito’ é o mesmo que 1% de ‘pouco’; é sempre uma percentagem. Esta “folga” possibilitava à Câmara Municipal ter aprovado a proposta apresentada pelo PS neste órgão. O mesmo sucedeu com o IMI: havia margem para se ter baixado progressivamente, a partir de 2012, as taxas deste imposto. E, nessa altura, as famílias estavam com mais dificuldades; tinham problemas maiores, em termos económicos e financeiros. Foi um período muito difícil que se atravessou e, de facto, tinha sido positiva uma redução. Não vai expressar que a redução da taxa do IMI para 2016 não tenha sido um procedimento correto por parte dos/as Eleitos/as da CDU que a propuseram, com certeza que é, mas perante a arrecadação dos valores reais do IMI que têm vindo a acontecer, a redução da taxa do IMI já podia ter vindo a ser feita há mais tempo “na altura em que o governo era de direita”, agora com um governo de esquerda já estão mais à-vontade, mais

perderam-se dois a três anos em que as famílias estavam muito sobrecarregadas e a carga podia ter sido aliviada. Seja como for existe uma taxa de execução da receita que está acima dos 100%, o que é de registar;

. Verifica-se que mais de metade da despesa foi afeta às GOP (Grandes Opções do Plano). A proporção, em percentagem, é que 51,9 da despesa está afeta às GOP contra 48,1 da despesa não está afeta às GOP. A conta a fazer é: de 48,1% que não estão afetos às GOP retiram-se 43% que respeitam a despesas com pessoal, pelo que, somente 5,1% da despesa é que não se encontra afeta às GOP - apraz-lhe registar este dado como muito positivo;

. Há um grande aumento da despesa, aumento esse que ascende a cerca de 2,3 milhões de euros na rubrica de *Aquisição de bens e serviços* e que estão justificados pela antecipação do pagamento à AdLVT (Águas de Lisboa e Vale do Tejo – Águas de Portugal). Em relação a esta matéria, convém acrescentar que foi no ano passado ("salvo erro") que a faturação por medição dos caudais começou a funcionar, o que fez diminuir o pagamento anual. Já há muitos anos que estava para ser efetivada a faturação por medição dos caudais, mas que tardou a acontecer;

. Considera dever realçar como positivo: baixaram as *Despesas com pessoal*. Apesar disso, essa diminuição da despesa não foi à conta do trabalho suplementar ou do trabalho em dias de descanso semanal, porque aumentou o valor do pagamento em trabalho extraordinário e em dia de descanso semanal, em cerca de 232 mil euros. Não é um valor exorbitante e completamente descabido de 1 milhão de euros ou de 1,5 milhões de euros (como já aconteceu no passado), agora é um valor 'aceitável' de, aproximadamente, 232 mil euros. Isto significa que o trabalho está a ser pago e o trabalhador está a ser recompensado pelas horas que faz a mais na sua justa medida. As despesas com pessoal diminuem, mas isso não acontece à conta de quem trabalha – esta é a ilação que retira;

. Quanto aos *Investimentos – bens de capital* – manteve-se o autofinanciamento em cerca de 2 milhões de euros. O que é muito bom "nos tempos que correm": manter o autofinanciamento, ou até, conseguir um aumento neste cômputo.

A **Sra. Vereadora Cristina Rodrigues** oferece-se acrescentar: os índices de execução, quer da receita, quer da despesa, são muito bons. Há um equilíbrio orçamental. O saldo positivo é de aproximadamente de 3 milhões de euros. Há um aumento da receita e, também, uma diminuição da despesa – é um aspeto a salientar nesta Prestação de Contas 2015. Os valores apresentam-se estáveis.

A **Sra. Vereadora Cristina Rodrigues** conclui a sua intervenção, dando ênfase ao seguinte: quanto aos programas e aos projetos, nomeadamente nas funções sociais e/ou económicas, com certeza que se fossem os/as Eleitos/as do PS a estar à frente da gestão do Município de Palmela teriam feito diferente. Perante a Prestação de Contas 2015, o que lhe compete analisar são os números, e os números, em termos macro, apresentam-se bem e estáveis.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** cumprimenta os presentes.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** começa por fazer referência à perspetiva algo “cor de rosa” da análise efetuada pela Sra. Vereadora Cristina Rodrigues. Pode até adiantar que concorda com algumas das observações que fez.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** faz incidir a sua análise com reporte para a ata da reunião de Câmara extraordinária de 30 de outubro de 2014 em que foram aprovados (alguns dos Pontos da ordem de trabalhos):

Ponto 1 – Imposto Municipal sobre Imóveis – Taxa a aplicar em 2015

Ponto 2 – Derrama – Taxa a aplicar em 2015

Ponto 3 – Participação variável no IRS para 2015

Ponto 4 – Orçamento 2015 e Grandes Opções do Plano 2015-2018

(...)

Acrescenta que, na reunião camarária antes identificada, a coligação PPD/PSD.CDS-PP apresentou duas propostas alternativas;

- Uma, relativa às taxas de IMI para 2015, em que propunha 0,40% para prédios urbanos;
- A segunda, correspondente ao IRS, em que propunha a participação variável no IRS de 4% relativa aos rendimentos de 2015 dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho de Palmela.

Mais refere o **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** que a CDU (que detém a maioria neste executivo) veio a apresentar, passado um ano (em 2015), a mesma taxa de IMI que a coligação do PPD/PSD.CDS-PP já tinha apresentado para deliberação à reunião do órgão executivo deste Município em 30 de outubro de 2014. Somada a proposta do IRS, apresentada por si em representação da coligação que representa, verificou-se (recorda) uma enorme celeuma, porque a Câmara Municipal iria perder muita receita.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** chama a atenção para o seguinte, acrescentando alguns comentários:

Receita

- A taxa de IMI que vigorava em 2014 para prédios urbanos era de 0,47. Em 2015 reduziu 0,04%, ou seja, passou para 0,43. Ainda assim, a arrecadação da receita, correspondente a este imposto, registou um aumento de, praticamente, 100 mil euros. Comparativamente com o ano de 2014, em relação ao que estava previsto arrecadar, verificou-se um aumento da receita, em termos percentuais, de 5,5%;

- Quanto à Derrama, este imposto registou um aumento de 558 mil euros, o que corresponde a mais 225 mil euros face ao que estava previsto em sede de Orçamento;
- Em suma: as previsões que foram efetuadas estavam aquém daquilo que se veio a verificar. As propostas apresentadas para deliberação deste órgão pela coligação PPD/PSD.CDS-PP, em sede de IMI e de IRS, vieram a ser rejeitadas pelos/as Eleitos/as da CDU que detêm a maioria nesta Autarquia, uma vez que, na perspetiva que detinham, estas propostas não faziam sentido. Por exemplo, no que respeita à participação variável no IRS, a arrecadação da receita foi superior em 695 mil euros face ao ano de 2014;
- Se, relativamente à arrecadação da receita, há um aumento de valores, também se constata uma maior eficiência na arrecadação da mesma.

Despesa

- No que concerne à Despesa, em Aquisição de bens de capital - *"onde é possível medir o amor da maioria pelo investimento"* – há uma diminuição de 34% face ao que se projetava gastar, porque a execução corresponde, apenas, a 66%;
- Em relação às Grandes Opções do Plano (GOP) há execuções a rondar os 96%;
- Em Segurança e Ação social o valor orçamentado era bastante diminuto. Na Saúde a taxa de execução é de 95%; mas, por exemplo, há uma área em que o Orçamento não é nada de extraordinário – em Saúde – verifica-se menos 25% do que era proposto gastar. O mesmo sucede para a Proteção do meio ambiente (- 38%); no Abastecimento de água (- 24%); no Saneamento (-12%). Só para fazer referência aos que são mais relevantes.

Pessoal

Algumas questões/observações foram já apresentadas pela Sra. Vereadora Cristina Rodrigues. Sobre a área do Pessoal, intervém do seguinte modo:

- O Absentismo tem diminuído. Contudo, há a constatar uma subida nos dias de ausência por acidentes de trabalho: mais 522 dias face ao ano anterior. Sobre este facto, questiona sobre se há da parte da Autarquia perceção por que razão tal ocorreu. Será que tal tem a ver com a ausência de formação adequada, ou será que está relacionado com a inadequabilidade de alguns meios que são usados em determinados tipos de trabalho, ou se haverá outras razões para o aumento de ausências por acidentes de trabalho?

Abastecimento de água

Recorda-se que, aquando da aprovação do Orçamento 2015 e das Grandes Opções do Plano 2015-2018, se discutia muito a necessidade de implementação de um sistema de

controlo de fugas e perdas de água. Na Prestação de Contas 2015, hoje em apreciação, não se faz alusão a este tema.

Rede viária

No âmbito da rede viária, regista que o documento em análise, em relação a obras que podendo classificar-se como importantes, apenas faz referência ao Aceiro das Sapatarias e Aceiro dos Arraiados (esta empreitada só será concluída em 2016). Em síntese: a registar que as obras de vulto que estavam programadas para serem executadas em 2015 não têm referência nesta Prestação de Contas 2015!

O **Sr. Vereador António Braz** saúda os presentes.

O **Sr. Vereador António Braz** começa a sua intervenção fazendo-a incidir sobre uma situação já reportada pelo Sr. Vereador Paulo Ribeiro: o número de ausência por acidentes de trabalho. Há um acréscimo de 18,3% comparativamente com o ano anterior, ou seja: em 2014 registaram-se 49 acidentes de trabalho contra os 60 que se verificaram em 2015. Da análise ao relatório de gestão – Prestação de Contas 2015 – fica perceptível que, durante o ano em questão, houve lugar a 4 ações de sensibilização sobre a temática dos riscos profissionais. A que se deve a ocorrência destes acidentes de trabalho? É evidente que ninguém consegue controlar que um acidente de trabalho possa acontecer, mas desperta a atenção a percentagem do aumento verificado de 2014 para 2015.

Sobre a formação direcionada para os trabalhadores da Autarquia, o **Sr. Vereador António Braz** menciona que, na opinião dos/as Vereadores/as Socialistas, o número de horas em formação é muito irrisório, tendo sofrido uma quebra muito acentuada de 2014 para 2015. Fazendo a conta de, ao valor despendido em 2015 (6.900 euros) com formação para o total de trabalhadores da Autarquia (900) reverte que o custo por trabalhador fica em 7,70 euros. Ainda, a propósito da área da formação, verifica-se que o número de ações de formação nos técnicos superiores é consideravelmente superior à formação ministrada a outras áreas operacionais. Desconhece a explicação de tal acontecer, pelo que gostaria de ver comentado este facto. Seria interessante que nos quadros que são apresentados se passasse a fazer menção ao tipo de formação que é dado.

No que concerne ao Plano Municipal de Emergência da Proteção Civil, o **Sr. Vereador António Braz** questiona sobre a previsão que existe para a conclusão da revisão deste Plano, uma vez que se trata duma ferramenta de trabalho, no âmbito da Proteção Civil, que se reverte como sendo de extrema importância para o Município, assim como para os munícipes.

O **Sr. Vereador António Braz** chama a atenção para o facto de na rubrica de Mobilidade e acessibilidades nota-se que a dotação que estava cabimentada não é coincidente com a obra realizada. Verifica-se que o Município despendeu cerca de 69 mil euros na execução de empreitadas que obviem a uma melhor mobilidade dos transeuntes, mas, em relação à dotação

que estava prevista houve uma verba não utilizada. É preciso ter em atenção que as intervenções que são feitas em termos da mobilidade não são somente para facilitar as pessoas que tenham mobilidade reduzida; há mais formas para poder utilizar a verba que não foi utilizada.

O **Sr. Vereador António Braz** solicita esclarecimento para o seguinte: em Saneamento / Infraestruturas / Arruamentos a dotação ascendeu a 140 mil euros com uma execução de 0,0%. Gostaria de ser esclarecido a que se deve este facto. Outra questão que suscita prende-se com a redução do número de análises nas ETAR's (Estações de Tratamento de Águas Residuais) em relação aos anos antecedentes. Constatou-se que, de 2012 a 2014, realizavam-se 208 análises / anuais, enquanto que, no ano de 2015, apenas foram feitas 128 análises.

O **Sr. Vereador António Braz** conclui a sua intervenção fazendo alusão ao Turismo, dando ênfase que este reporte não deve ser tido como uma crítica, até porque é bem perceptível que o concelho de Palmela vai sendo projetado a uma abrangência a nível nacional; mas, para todos os efeitos, houve uma percentagem inferior à que estava dotada no que respeita à divulgação do turismo. Esta é uma constatação. Não deixa de realçar o valor que já é reconhecido na área do turismo no concelho de Palmela.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** saúda os presentes.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** começa por mencionar que a sua intervenção vai ser curta e prende-se com as atividades e as áreas dos Pelouros que detém (Iluminação Pública / Cemitérios / Toponímia).

Reserva-se para mais tarde a efetivação de uma intervenção de cariz político sobre a posição dos/as Eleitos/as do PS em relação ao documento em análise – Prestação de Contas 2015. Ainda assim, adianta que, relativamente às Funções sociais, não vai explanar todas as questões que os separam. Tal como a Sra. Vereadora Cristina Rodrigues disse e bem: os números desta Prestação de Contas estão “perfeitamente” estabilizados e as receitas municipais situam-se, nos próximos tempos (se não houver nenhuma candidatura), entre os 40 e 45 milhões de euros. Houve uma redução muito abrangente nas receitas, durante o ano de 2015, e terá sido sempre a preparação e organização das candidaturas, o que classifica como o período de “arrumação da casa”.

Acrescenta que o lema do PS neste Município se designa “por si e consigo” e tem a ver com uma visão de proximidade em relação ao munícipe. As políticas sociais do Município têm sido explanadas atividade a atividade, proposta a proposta. Não tem dúvida que, neste ano e meio, o Partido Socialista (PS) vai fazer um enorme esforço para que, também, a população possa perceber onde se pode diferenciar.

Voltando à introdução da sua intervenção, o **Sr. Vereador Pedro Taleço** refere-se à Iluminação Pública dizendo que há dados incorretos neste relatório de Prestação de Contas,

uma vez que aponta como atividade de 2015 na eficiência energética os desligamentos em zonas não habitadas e de trânsito pouco intenso. Ora, não se pode medir a eficiência energética no que está apagado. Esta nota de informação deve constar na Iluminação Pública e não na eficiência energética. Em relação à Toponímia confunde-se, praticamente, a informação com a atividade da Divisão de Administração Urbanística (DAU). Independentemente do modelo escolhido e do formato deste serviço assume-se uma função específica que pode ser explanada especificamente e não apenas por uma tabela. Aquando da discussão e aprovação da Prestação de Contas 2014 teve oportunidade de chamar a atenção para este facto. A ata da reunião em causa regista que os lapsos justificados são prontamente corrigidos, através da elaboração de uma errata, conforme sugestão dada pelo Sr. Diretor do Departamento de Administração e Desenvolvimento Organizacional. O facto é que continua a surgir no relatório em apreciação – Prestação de Contas 2015 – os números a zero. Solicita que os números sejam corrigidos, bem como o modelo da própria tabela, uma vez que, não tem sentido colocar quantos Editais são publicados, mas sim quantos topónimos foram aprovados. Atualmente torna-se impossível ter a perceção quantos foram os topónimos aprovados pelo número de Editais produzidos. Há uma omissão dos serviços quanto à Toponímia no que são os dados para este relatório: implementou-se o projeto “o nome da minha rua” e este foi aplicado a três arruamentos, sendo que os topónimos já foram aprovados em reunião de Câmara. Iniciou-se o procedimento de alteração do regulamento de Toponímia e foi efetuado o levantamento do campo dos arruamentos sem topónimos na União das Freguesias de Poceirão e Marateca e que, este ano, está a ser continuado na Freguesia de Quinta do Anjo. Solicita que se faça uma adenda à ata com as informações que acaba de dar.

Em face da intervenção do Sr. Vereador Pedro Taleço e das informações que adiciona, o **Sr. Presidente** menciona que muito gostaria que nas áreas que coordena o documento da Prestação de Contas pudesse ser mais escarpelizado – *“talvez o documento passasse a ter três volumes”*. No âmbito dos Pelouros que o Sr. Vereador Pedro Taleço detém e para que constem as informações que pretende no documento de Prestação de Contas que em cada ano é elaborado, sugere que questões desta natureza devem ser aditadas pelos serviços que prestam apoio ao Sr. Vereador. No que concerne a questões que se prendem com a alteração da estrutura do documento não deve o Sr. Vereador Pedro Taleço tratar com os serviços e os dirigentes, mas fazê-lo diretamente consigo, até porque está disponível para ver esse assunto com o Sr. Vereador.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** cumprimenta os presentes.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** começa por se regozijar com as intervenções que foram efetuadas na generalidade e até ao momento, nomeadamente com a que foi feita pela Sra. Vereadora Cristina Rodrigues, quando considera que a execução da receita e da despesa é muito equilibrada. As suas palavras são muito corretas quando aborda, a seu ver, de forma muito correta a questão das despesas com o pessoal. O trabalho suplementar que é muitas

vezes “um cavalo de batalha” entre os/as Eleitos/as dos diferentes partidos foi considerado pela Sra. Vereadora Cristina Rodrigues, que está neste órgão em representação do PS, como uma justa medida necessariamente ligada à administração direta que é exercida por parte da Autarquia. É de opinião que a observação tecida por esta Sra. Vereadora deve ser relevada.

Acrescenta que, com observância para as intervenções havidas quanto ao Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) e o Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) aquando da apresentação, discussão e aprovação das propostas em causa (em reunião camarária anterior), o **Sr. Vereador Adilo Costa** repara que uma parte da intervenção realizada corresponde à visão do PS sobre o que deve ser a tabela do IMI e a distribuição do IRS.

Sobre a posição assumida pelos/as Vereadores/as do PS relativamente à área da Educação, o **Sr. Vereador Adilo Costa** dá relevo à redistribuição das verbas do modo como é feita pela maioria CDU neste Município, considerando-a muito mais vantajosa, na medida em que, com o conhecimento da situação social das famílias (não somente das que estão classificadas nos escalões A e B do abono de família) tem sido alargado o apoio social a um maior número de alunos do território deste concelho. A título de exemplo, a Educação corresponde a 21,83% das funções sociais das Grandes Opções do Plano (GOP). *“O Município de Palmela tem amor pela Educação”*. É, também, de realçar que num orçamento de 3 milhões de euros destinados à Educação obteve-se uma taxa de execução de 89,18%, o que é muito bom.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** refere-se à Introdução à Prestação de Contas 2015 que o Sr. Presidente leu na totalidade, e que em Desenvolvimento Educativo, Social, Cultural e Desportivo, descrevem-se algumas das obras de beneficiação, conservação e manutenção do parque escolar.

Na Ação social escolar, o **Sr. Vereador Adilo Costa** faz menção à discriminação positiva com o aumento de 50 para 65 euros/aluno no ano letivo 2015/2016 para que nos auxílios económicos diretos possam fornecer-se livros e material escolar aos alunos do 1.º ciclo e alargar o “leque” de apoio à população escolar. Só para se ter uma ideia da abrangência deste apoio, significa que 41,3% da população escolar do concelho de Palmela aufere gratuitamente das refeições escolares de forma sistemática. Poderão, certamente, os/as Srs./as Vereadores/as da oposição alegar que o fariam de outra forma, mas fazê-lo como a maioria CDU faz - *“de uma forma sistemática”* -, é a seu ver mais inteligente, e redistribui-se o que, eventualmente, em sede de IRS não seria feito, atendendo a que, em sede de IMI, não existe prática para obedecer aos escalões A e B ou daí em diante.

A **Sra. Vereadora Cristina Rodrigues** intervém para expressar que não substitui nem retira nada à intervenção que fez.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** regista que as verbas não “esticam” e foi uma opção da maioria em ter aumentado de 50 para 65 euros/por aluno os auxílios económicos diretos. Regista, ainda, que o Governo não foi capaz de seguir uma opção deste tipo.

O **Sr. Presidente** menciona que os/as Vereadores/as da oposição gostariam que os/as Eleitos/as da CDU, em maioria neste executivo, tivessem de pedir desculpa por não terem tomado opções e/ou medidas que atendessem a um maior número de pessoas/alunos em maior carência. Felizmente, reuniram-se condições para o fazer, havendo a intenção de adicionar mais medidas.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** expressa que as medidas tomadas pela maioria CDU obedecem a uma opção que é feita para aplicar no território deste concelho. Alguns apoios que a Autarquia presta são alargados ao escalão B, nem este governo nem os anteriores sequer o fizeram com abrangência ao escalão A. A escolha para assegurar transportes escolares aos alunos que distam a 2 quilómetros da casa – escola, quando a lei só obriga a que tal seja garantido aos alunos que ficam a 4 quilómetros, é uma opção da maioria CDU na Câmara Municipal de Palmela. Sobre os transportes escolares, ressalva que, em 2015, a Autarquia assumiu praticamente o custo de 1 milhão de euros nesta discriminação positiva. Na componente socioeducativa no pré-escolar também há medidas tomadas por este Município. Veja-se que nas atividades de animação e apoio à família no pré-escolar aprovou-se um escalão máximo de 55 euros para os que auferem rendimentos muito avultados e um escalão mínimo que é grátis. E, na verdade, há um conjunto muito grande de alunos abrangidos pela não necessidade de pagamento. Depois da conversação havida com as escolas e tendo conhecimento das dificuldades que as escolas têm relacionado com a entrada de verbas do Ministério da Educação, em 2015, a Câmara Municipal de Palmela aumentou o apoio financeiro ao funcionamento das escolas de 6 para 8 euros/aluno. Continua a sua intervenção fazendo reparo para o projeto do “Aprender a nadar” que levou, no ano de 2015, à piscina municipal 745 crianças do 3.º e 4.º ano. Passado o maior período de crise e assim que houve oportunidade retomou-se este projeto. Evidentemente que a Câmara Municipal teve de ter uma situação financeira mais “folgada” e tomou uma opção que, eventualmente, os/as Srs./as Vereadores/as do PS e da coligação PPD/PSD.CDS-PP não fariam.

Acrescenta o **Sr. Vereador Adilo Costa** que vê com bom grado a intervenção assumida pela Sra. Vereadora Cristina Rodrigues, face ao que até seria desejável que os/a Eleitos/a do PS nesta reunião votassem favoravelmente a proposta relativa à Prestação de Contas 2015.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** alude aos rácios e aos indicadores de natureza económica que espelham uma diminuição do peso das despesas com pessoal. Pela primeira vez, desde 2004, que as despesas correntes têm um peso inferior a 50%. Outros rácios que são animadores:

- . o decréscimo do peso da amortização do empréstimo no total das despesas de capital;
- . a ligeira descida do peso dos impostos diretos no total das receitas correntes;
- . a tendência de estabilização do peso das transferências provenientes do Orçamento do Estado.

Sublinha o facto de, novamente em 2015, não houve qualquer financiamento proveniente de empréstimos bancários. Também nos rácios orçamentais de natureza financeira a relação entre as amortizações e juros e as receitas totais têm vindo a diminuir; isto tem a ver com a saúde financeira da Câmara Municipal. Chama a atenção para a página 216 da Prestação de Contas 2015 em que se visualiza que os rácios de eficiência e eficácia são bastante positivos, nomeadamente sobre qual é o valor que cada trabalhador da Câmara Municipal custa à população deste território. Isto relaciona-se com a produtividade.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** conclui com a afirmação de que a maioria CDU neste executivo está no bom caminho, dando realce para a intervenção da Sra. Vereadora Cristina Rodrigues no que se refere à execução da receita e da despesa.

A **Sra. Vereadora Adília Candeias** apresenta cumprimentos.

A **Sra. Vereadora Adília Candeias** começa por referir que a sua intervenção não vai incidir sobre questões de natureza política. Apraz-lhe registar a expressividade da Sra. Vereadora Cristina Rodrigues para o equilíbrio orçamental que é notório e para a boa execução da receita.

Adianta que a questão dos acidentes de trabalho está a ser acompanhada muito de perto, para além de que se reverte em preocupação para os/as Eleitos/as em funções. Por isso, no último ano, reforçou-se a equipa da saúde ocupacional com mais dois enfermeiros e mais horas a dar consultas por parte do médico da medicina do trabalho. Muita formação tem sido dada e a observância para o que se passa no terreno é demonstrativa que tal se deve, fundamentalmente, ao envelhecimento do pessoal. A realidade é que os trabalhadores têm envelhecido e, como é sabido, não têm sido repostos os postos de trabalho que vão ficando desocupados no mesmo número. As pequenas quedas que se têm aos 30 anos de idade e das quais as pessoas se levantam sem mazelas já não são iguais quando se tem 50 anos de idade. A recuperação de uma queda que se dá aos 50 anos obedece, por regra, a mais algum tempo.

Relativamente à formação, a **Sra. Vereadora Adília Candeias** tem a informar o seguinte: para além da verba que foi empregue em formação, acresce o custo da formação da Área Metropolitana de Lisboa (AML) e a da Associação de Municípios da Região de Setúbal (AMRS), que embora não conte em termos financeiros, conta em termos da formação dos trabalhadores. O número de horas em formação destinada aos técnicos superiores é compreensível, porque foram produzidas alterações legislativas às quais é necessário dar resposta. As funções são em maior número e, também, mais variadas. É importante a adaptação à legislação. Lembra que o partido político que representa – PCP (Partido Comunista Português) – é defensor dos direitos dos trabalhadores e, com certeza, defende que os trabalhadores devem ter direito à formação. É preciso aferir que a formação que é ministrada é-o de acordo com o interesse e as necessidades do serviço público. Não se deve dar formação só por dar. Mais de cem foi o número de trabalhadores do Município de Palmela que, no ano em análise (2015), teve acesso à formação de entre os 900 trabalhadores que possui. Está em condições de adiantar que os

trabalhadores que efetuam trabalho nas escolas tiveram direito a formação, assim como os técnicos superiores (já o disse antes) e os assistentes técnicos por causa das tecnologias. Também para as áreas operacionais houve lugar a horas de formação específica. Acresce a formação aos motoristas, esta paga à parte pela Autarquia e que sai por outra rubrica que não é a que está em menção. Não classifica como má o número de horas em formação durante o ano de 2015, tendo em conta todas as variantes e, também, não é correto dividir por formando o número de ações concretizados. Há, ainda, a formação que não vem expressa nesta Prestação de Contas e que obedece à que é ministrada pelos próprios dirigentes aos seus trabalhadores.

Relativamente à análise efetuada pelos/a Srs./a Vereadores/a da oposição (Cristina Rodrigues, Paulo Ribeiro, António Braz e Pedro Taleço), o **Sr. Presidente** começa com a observação de que, antes de entrar na desmontagem de alguns aspetos que aqui foram elencados, e ressaltando que acredita na honestidade intelectual dos/a Srs./a Vereadores/a que estudaram o documento de Prestação de Contas 2015, é preciso atender que para a efetivação das suas contas usaram calculadora, mas esta não faz as equações todas, porque amiúde, o executivo, quer deste mandato, quer de mandatos anteriores, tem frisado que a classificação orçamental das respetivas rubricas não reproduz tudo. Do mesmo modo, tem vindo a ser explicado que uma situação é a que respeita à execução financeira e outra situação diferente é a da execução física das ações que estão, efetivamente, concluídas. Faz votos para a execução financeira fique abaixo do previsto. Há que avaliar se determinado trabalho pode ser feito por administração direta, ou com o apoio de mecenas, ou com o apoio de qualquer outra entidade. Caso tenha custado menos dinheiro à Autarquia, tanto melhor. Existem outros aspetos como, por exemplo, quando há execução física de uma obra ou o desenvolvimento de uma ação, e depois surgem fatores a explicar que a execução financeira, ou seja, o pagamento terá de ser realizado no ano seguinte; ou, ainda, em adiamentos da obra física.

O **Sr. Presidente** considera dever trazer à colação a discussão havida na reunião de Câmara extraordinária de 30 de outubro de 2015, na qual se referiu o valor da previsão da arrecadação da receita do IMI. Vem, na reunião de hoje, a Sra. Vereadora Cristina Rodrigues falar num acréscimo de receita superior ao montante de 1 milhão de euros. Explica que a previsão da receita obedece à lei, na qual se estipula a necessidade de atender para o cálculo a média dos últimos 24 meses. Verifica-se que o valor a mais recebido do que a previsão se cifrou em 600 mil euros. É preciso observar que há dados que a administração fiscal não partilha com a Câmara Municipal. Verifica-se que, só mês a mês, é que vão sendo disponibilizadas para consulta as receitas do IMI, bem como de outros impostos (que têm a ver com dívidas de anos anteriores) por via das execuções fiscais, dos acertos de contas, da transmissão da propriedade de empresas e/ou imóveis, etc.. Estes valores também vêm à posse do Município. Tecnicamente sucede o seguinte: se tivesse iniciado o ano com mais verba em Orçamento já teria sido possível executar um maior número de obras. Assim, vai ter de esperar pela

elaboração e aprovação da 1.ª revisão ao Orçamento 2016 e GOP 2016-2019 para dar prosseguimento a uma série de projetos/empreitadas/ações. No que respeita a verbas recebidas de anos anteriores – transferidas pela Autoridade Tributária e Financeira – constata-se que, de facto, o Município esteve muitos anos a ser prejudicado, porque, no ano em curso, no que toca a valores em dívida com reporte aos anos de 2004 a 2014, deu entrada nos cofres da Autarquia o montante de 982 mil euros. Esta era uma previsão que os serviços camarários também não podiam fazer. Assegura que, da parte da maioria, não há falta de verdade, segundo tacticismo político, ao contrário daquilo que é ininteligível na forma como os/a Srs./a Vereadores/a utilizam os números. Naturalmente que os representantes dos partidos com assento neste executivo assumem posições diferentes em relação ao IMI, ao IMI familiar, entre outras matérias. É preciso atender, ainda, que há pessoas/famílias que têm dependentes a cargo sem serem filhos. Há muitas pessoas a viver em casa alugada que nunca terão direito a esta comparticipação, caso se tivesse aprovado o IMI familiar. Então os benefícios iriam recair só para os que têm casa própria?

Referindo-se à reunião de Câmara extraordinária de 30 de outubro de 2015 e, ainda, recaindo a sua atenção sobre o IMI, o **Sr. Presidente** alude:

. à proposta da Vereação do PS denominada “Redução da taxa de IMI em função do número de dependentes a cargo – IMI familiar” que apresentava para deliberação “(...) *Que a Câmara Municipal aprove a redução das taxas de IMI em 10%, 15% e 20% para as famílias com 1, 2, e 3 ou mais dependentes, respetivamente (...)*”;

. à proposta da Vereação do PPD/PSD.CDS-PP intitulada “Imposto Municipal sobre Imóveis – Taxa a aplicar em 2016”, que, entre outros pontos, propunha que se deliberasse “(...) *aplicar uma redução de 10% da taxa para as famílias com um filho, de 15% com dois filhos e de 20% com três ou mais filhos (...)*”.

Ambas as propostas foram rejeitadas com os votos contra dos/as Eleitos/as da CDU, porque (volta a insistir no que já explicou anteriormente em reunião camarária) a maioria, neste executivo, defende que a justiça fiscal, relativamente a filhos e dependentes, seja feita em sede de IRS. O PS que está atualmente em governação tem, agora, a hipótese de passar da palavra aos atos e não começar já, como aconteceu este mandato, a adiar algumas medidas que foram prometidas nas eleições legislativas do passado dia 4 de outubro de 2015. Pois que corrijam o IRS! Deem uma alteração de vulto ao código do IRS, porque a justiça fiscal, relativamente aos dependentes (sejam filhos, pessoas a cargo e/ou deficientes) deve fazer-se em sede de IRS e não em sede de IMI. O IMI é um imposto sobre o património.

Defende a maioria CDU que, em termos da aplicação da taxa de IMI para o território deste concelho, deve-se prosseguir o caminho que encetaram: iniciou-se este mandato com uma taxa de 0,48%, passou-se para 0,47%, depois para 0,43%, situando-se a

taxa em 0,40 para aplicar no ano de 2016, sendo que o objetivo é o de chegar ao final do presente mandato autárquico com menos um valor percentual, portanto, de 0,39%. O esforço vai sendo feito nesse sentido. Não vão atrás de outras medidas como as que foram apresentadas pelos/as Vereadores/as da oposição.

A maioria CDU nesta Câmara Municipal prefere que os apoios cheguem às famílias, também, no que toca a outras matérias. Faz alusão aos exemplos adiantados pelo Sr. Vereador Adilo Costa com observância para as políticas sociais que a Câmara Municipal tem empregue e que são transversais a várias áreas.

O **Sr. Presidente** realça a qualidade do documento em apreço – Prestação de Contas 2015 – que “não teme nem deve” e contém estatísticas e gráficos para todos os gostos. É possível visualizar uma subida abissal na área social por parte da Câmara Municipal de Palmela. Curiosamente, a Segurança Social não se quer comprometer com o apoio à ARPIBA (Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos do Bairro Alentejano) para construção do seu centro de dia. No gráfico, constante da Prestação de Contas em análise, visualiza-se uma curva ascendente do investimento na área social que bate todos os *recordes* comparando-a com a de anos anteriores. A verba despendida na área da Saúde é ridícula, mas, também, quais são as competências que as autarquias têm na área da Saúde? O Município de Palmela faz a promoção da saúde, através da prática desportiva (por exemplo, o programa do ‘Mexa-se em Palmela’). Faz-se a prevenção da diabetes, através de ações que são levadas a cabo, no âmbito de parcerias estabelecidas com a Administração Regional de Saúde, instituições locais, e os Dadores de Sangue. Para o ano que vem, em 2017, quando estiver a ser analisada a Prestação de Contas, relativa ao ano de 2016, vai ser possível confirmar a verba paga correspondente aos projetos destinados à construção da Unidade de Saúde de Pinhal Novo – Sul e, nessa altura, os/as Srs./as Vereadores/as da oposição vão ter a possibilidade de afirmar “executaram muito, mas foi porque o fizeram com o dinheiro do governo”, mas a verdade é que a Câmara Municipal vai investir verbas avultadas em projetos que, também, pelos/as Srs./as Eleitos/as da oposição vão ser desvalorizadas.

Acrescenta, o **Sr. Presidente** o seguinte: já esteve em funções noutros mandatos, enquanto Vereador e enquanto autarca de Freguesia, e recorda-se das afirmações que os/as Eleitos/as na oposição faziam “não fazem investimento nenhum” e “o investimento que fazem é à conta do QREN (Quadro de Referência Estratégico Nacional)”. A comprovação que pode ser feita é que as receitas da Câmara Municipal de Palmela não passam da ordem dos 40 milhões de euros. Constatando o resultado do exercício até se verifica que este é negativo. Os municípios carecem dos apoios dos fundos comunitários. O território deste concelho situa-se numa região em que só beneficia de 50%. Espera que no âmbito do PO SEUR (Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos), o Município de Palmela possa vir a beneficiar de uma comparticipação de 85%. É preciso falar claro e com verdade nesta matéria.

O **Sr. Presidente** agradece as palavras que os/as Eleitos/as na oposição tiveram em relação ao facto de as despesas com Pessoal terem baixado. Muito gostaria de poder, para a semana, encetar o procedimento de abertura de concurso para mais 12 cantoneiros de limpeza, até porque não tem nenhum problema em aumentar as despesas com pessoal. Lamenta que a verba gasta em trabalho suplementar ascenda, somente, a 231.688 euros, quando, em anos anteriores, já esteve situada nos 900 mil euros para trabalho extraordinário. O pessoal existente é insuficiente. Todas as semanas surgem urgências. Ainda, na semana passada, surgiram questões relacionadas com o projeto do Orçamento Participativo e tiveram de deixar o trabalho que estava planeado para atender a uma situação de intervenção imediata. Houve, depois, que prolongar o trabalho para o fim de semana. Quem lhe dera que os trabalhadores estivessem disponíveis para realizar trabalho suplementar ao fim de semana, mas são poucos os que o fazem. Já o tem dito em ocasiões anteriores: "*Pessoal não é despesa*". É preciso observar que muitos valores expressos nas rubricas das GOP (Grandes Opções do Plano) respeitam a despesas em pessoal. Então, não é o pessoal quem faz o trabalho? Dá o exemplo: estava programado que o pessoal da Autarquia fizesse o serviço de instalação da passagem de cabos, num fim de semana de maio próximo, para três eventos (São Gonçalo, Mercado Caramelo e Fernando Pó); mas tal não vai ser possível, pelo que a alternativa encontrada foi a de fazer a adjudicação destes trabalhos a uma empresa e o custo para cada um dos eventos locais é de 5 mil euros (3 x 5.000 euros = 15.000 euros). Numa análise a uma Prestação de Contas, neste *item*, concluir-se-ia pelo investimento nas festividades locais, no turismo,... e quando o trabalho é realizado por pessoal da Autarquia não se pode considerar investimento as horas que são pagas aos trabalhadores? Então, o pessoal não é despesa? A realidade é esta: o pessoal trabalha, produz e evita que o Município tenha de recorrer a muitas aquisições de serviços.

Relativamente a impostos (voltando a este assunto), o **Sr. Presidente** menciona que a estabilização dos impostos tem de ser monitorizada mês a mês. E, acaba de receber a seguinte notícia: a Autoridade Tributária e Aduaneira comunica que vai haver a dedução no IRC no montante de 500 mil euros (desconhece se alguma empresa terá conseguido um acordo com o governo, porque a Câmara Municipal não foi contactada para o efeito; ou se alguma entidade terá feito um pagamento e esteja agora a ser ressarcida deste valor por um determinado motivo). Este tema, da arrecadação do valor dos impostos é fluído. E, no IMI, verifica-se que o valor de liquidação decresceu em 2015; em contrapartida, aumentou o valor de cobrança. Como é que isto se explica? Com a cobrança de valores em dívida relativos a anos anteriores e uma "máquina fiscal" que está a apertar, cada vez mais, com os contribuintes. Embora com diferenças por parte dos/as Eleitos/as de cada grupo partidário com representação neste órgão municipal (CDU, PS e coligação PPD/PSD.CDS-PP) no que respeita à descida da taxa do IMI, em bom rigor é preciso reconhecer que os/as Eleitos/as da CDU obedeceram ao que se comprometeram: desde o início do mandato que, paulatinamente (em cada ano), têm apresentado propostas baixando a taxa do IMI para prédios urbanos. Porque, à medida que os

cenários forem surgindo e se confirmar que a Autarquia tem disponibilidade financeira que lhe permite ir mais além, pois avança-se com a proposta de redução da taxa, conforme se tem verificado. De facto, a maioria em funções (CDU) nesta Autarquia não tem disponibilidade para ficar paralisada, nem para ouvir como ouviram, durante anos, que a dívida à AMARSUL (Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.) e à ex-SIMARSUL (Sistema Integrado Multimunicipal de Águas Residuais da Península de Setúbal, S.A.) aumentava e era urgente que a Câmara Municipal de Palmela fizesse acordos de pagamento com estas duas entidades. É necessário atender que a Autarquia não fazia obra, quando, há uns anos o dinheiro apenas era suficiente para as despesas correntes. Não se podiam fazer muitas “mexidas” senão desequilibravam-se as contas. Na altura, nem havia dinheiro para mandar arranjar máquinas. E, de facto, o caminho para o equilíbrio tem de ser feito de outra forma. Congratula-se por serem aprovadas, por unanimidade, 89% das propostas que são apresentadas para deliberação da Câmara Municipal. Crê não incorrer em erro ao afirmar que os/as Srs./as Vereadores/as da oposição até são capazes de reconhecer qual é o caminho para lá se chegar. É evidente que é possível fazer sempre diferente, quer seja para melhor, quer seja para pior. O problema consiste quando se faz uma promessa e depois se tem de acabar com outra. E explica o sentido do que quer expressar: se as receitas descessem, o investimento não existiria, e o programa eleitoral não seria cumprido. Esse é um caminho que a CDU não quer fazer. É nos ciclos dos fundos comunitários que, já no próximo ano, vão ser dados alguns sinais.

Referindo-se à intervenção do Sr. Vereador Paulo Ribeiro, o **Sr. Presidente** responde do seguinte modo:

- . a Despesa - Aquisição de bens de capital, e a diminuição de 34% face ao que se projetava gastar, na medida em que a execução se situa, apenas, em 66% (expressão do Sr. Vereador Paulo Ribeiro), repara que não entende como é que esta conta foi feita, porque a realidade dos números dita que os bens de investimento aumentaram 16,9%;
- . o Abastecimento de água – controlo de fugas e perdas de água – oferece as seguintes explicações: encetou-se, em 2015, um processo de diagnóstico e um trabalho com o Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) relacionado com o sistema patrimonial de infraestruturas. O pagamento a realizar vai ser efetuado no ano em curso e soma cerca de 16 mil euros, mas o trabalho foi feito. Quando são realizadas remodelações na rede de água não estão a ser reproduzidas ações que contribuam para a ação de perdas, questiona;
- . relativamente aos dias de ausência por acidentes de trabalho e à formação aos trabalhadores, a Sra. Vereadora Adília Candeias já adicionou as explicações devidas. De qualquer modo, quanto à área da formação tem a acrescentar que a Câmara Municipal de Palmela tem trabalhadores que também são formadores internos certificados e acreditados e que dão formação a outros. A formação relativa ao novo Código do

Procedimento Administrativo (CPA) – Decreto-lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro – ainda não conseguiu ser ministrada a todos os trabalhadores. Continua a haver formação na área da Higiene e Segurança no Trabalho e nas medidas de autoproteção. Geralmente os trabalhadores querem fazer as formações que lhes permitem algum *upgrade* de conhecimento e, sobretudo, para terem a expectativa de ascender de categoria. Por isso, seria bom que na Assembleia da República pudessem aprovar o descongelamento das carreiras para as Autarquias puderem avançar com a progressão dos trabalhadores que estejam em condições para tal.

Respondendo à questão do Sr. Vereador António Braz sobre o Plano Municipal de Emergência, o **Sr. Presidente** refere que este processo está a ser trabalhado, estimando-se que, no final do ano, haja novidades sobre este Plano.

Voltando ao tema das perdas de água, o **Sr. Presidente** alude a uma matéria que é interessante: estão a ser tomadas medidas com os bombeiros para instalação de contadores em locais onde os bombeiros se abastecem para conseguir “outros” números nas perdas de água, porque as perdas que são enviadas na estatística para a ERSAR (Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos) não são perdas reais, são feitas por estimativa. São situações diferentes: há a água que não é faturada e se perde, e a água que é cedida aos bombeiros. Estão a ser definidos postos fixos para o abastecimento para que sejam instalados contadores para a leitura do consumo realizado. Na questão da rega, repare-se que os novos espaços já têm contador e dispara sempre que começa a ser feito dispêndio de água, porque antes, aquando da execução dos loteamentos efetuavam-se ligações à rede e a contagem disparava. Todos estes aspetos estão a ser, paulatinamente, escrutinados para que haja dados claros. Estas medidas de gestão que estão ser empregues, também vão permitir que se cheguem a outros indicadores que serão, certamente, muito mais simpáticos para o desempenho do Município.

Chama o **Sr. Presidente** a atenção dos/as Srs./as Vereadores/as para as questões da execução física e da execução orçamental, com menção para alguns casos concretos, apelando à compreensão de todos/as para o seguinte:

- . em Saneamento / Águas / Abastecimento – ligação do furo RA1 ao sistema de abastecimento de água a Palmela – verifica-se que na dotação anual de 137.000 euros foi paga apenas a verba de 13.769 euros, porque (julga que dos dois concursos que foram abertos) estes ficaram desertos de concorrentes; e a adjudicação teve lugar apenas no início do ano de 2016, por 115.695 euros;
- . na rubrica da Mobilidade, repare-se que mobilidade podem ser transportes públicos, pavimentação, acessibilidade e, ainda, a execução do rebaixamento dos passeios que foi feita em Poceirão e em Águas de Moura;

. é necessário ter em linha de conta que há obras que se atrasam, assim como há outras que se adiantam. Por exemplo, o Centro de Recolha Oficial de Animais (CROA) já era para ter sido inaugurado no final do ano, mas houve atrasos. A intervenção no Aceiro dos Arraiados era para estar pronta no final de março. Os autos das obras são pagos à medida que vão sendo apresentados, pelo que há sempre lugar a pagamentos que passam de um ano para o outro. O normal no desenvolvimento do trabalho é que, para si, é fundamental é que as obras depois de serem lançadas, já não parem e sejam concluídas. As populações ficam, sobretudo, com a resposta de que os compromissos foram assumidos.

Com reporte para a intervenção do Sr. Vereador Pedro Taleço quando este sugere a necessidade de correção do modelo da tabela para que se coloque a quantidade de topónimos aprovados, o **Sr. Presidente**, em aditamento ao que já mencionou, expressa que a elaboração do documento de Prestação de Contas dá muitíssimo trabalho a fazer; para além de que, e em primeiro lugar, o desempenho demonstrado na Prestação de Contas 2015 foi conseguido graças à forma como a esmagadora maioria dos trabalhadores “veste a camisola” do Município. Este documento é feito ao mesmo tempo em que decorrem reuniões de trabalho, o programa das semanas dedicadas às freguesias do concelho, a constituição de processos para as candidaturas a fundos comunitários e as sessões do Orçamento Participativo. O pessoal (os trabalhadores) quase não dorme. E, naturalmente, que um documento que para não ser fastidioso, tenta fazer a síntese do principal e dar alguns indicadores, é (e, certamente, todos o reconhecerão) trabalhoso de concretizar. Evidentemente nunca será um documento perfeito. Reconhece que seria do seu inteiro agrado, assim como dos seus colegas da CDU, que a Prestação de Contas, em cada ano, estivesse concluída com mais antecedência para que os/as Srs./as Vereadores/as da oposição pudessem dispor de mais tempo para o analisar. Menciona, ainda, que o documento em apreciação não está organizado por pelouros. Considera muito bem que o Sr. Vereador Pedro Taleço esteja a defender o trabalho que está a desenvolver no âmbito dos pelouros que lhe foram atribuídos. E, os dados são visíveis, sobretudo nos relatórios que são elaborados para apresentação à Assembleia Municipal. Não houve, creia, a menor intenção de prejudicar este ou aquele pelouro, esta ou aquela área. Ele próprio, Presidente, e, por exemplo, o Sr. Vereador Luís Miguel Calha, queriam ver melhor espelhadas as áreas que detêm. A verdade é que não se consegue fazer um documento que seja a perfeição, mas, julga, já pode ser considerado muito bom. Às vezes, precisam ser conhecidas outras realidades para se dar valor àquilo que se vai fazendo. É, igualmente, importante não se acomodarem.

Em relação ao tema da eficiência energética, o **Sr. Presidente** observa que, certamente, o Sr. Vereador Pedro Taleço terá ficado um “pouco” melindrado, mas o pelouro da eficiência energética está cometido à Sra. Vereadora Fernanda Pésinho, bem como os investimentos que estão a ser feitos (e que são significativos) e as candidaturas que estão em preparação. O Sr. Vereador Pedro Taleço detém o pelouro da Iluminação Pública, e há com certeza, nesse

cômputo, ações que conduzam à eficiência energética. Não o viu (dirigindo-se ao Sr. Vereador Pedro Taleço) a ter esse cuidado quando deu uma entrevista a um jornal regional. Tem muito gosto em que o Sr. Vereador Pedro Taleço continue a desenvolver o trabalho que tem vindo a fazer em prol do Município e, também, de acordo com a sua orientação.

O **Sr. Presidente** continua a sua intervenção, com realce para o seguinte:

. a Câmara Municipal de Palmela tem trabalhado intensamente na área do turismo. Ressalva que a Autarquia não é “dona” das iniciativas, nem sequer o quer ser, mas é um parceiro que tem responsabilidades;

. a promoção no e do território cumpre um plano que tem objetivos estratégicos e que está a ter resultados que são visíveis.

O trabalho nestas áreas não se mede só pelo recenseamento das iniciativas, nem pelo valor que está em orçamento nas rubricas específicas, até porque, mais de metade do trabalho realizado, é contabilizado na rubrica de comunicação, porque os eventos precisam de ser divulgados e comunicados. A elaborar-se, por hipótese, uma Prestação de Contas enunciando cada iniciativa e o custo correspondente, revertia em que tudo se contabilizaria para o turismo. Mas, há outras componentes. De cada uma das iniciativas que estão adstritas às responsabilidades de outras unidades orgânicas, as verbas “espalham-se” para: comunicação, turismo, entre outras. Às vezes, é fácil ridicularizar um número ‘pequenino’, principalmente, quando a realidade comprova o contrário: contra factos não há argumentos! E, em abono da verdade, se os números não podem explicar tudo, o trabalho é visível.

O **Sr. Presidente** termina esta intervenção com observação para o que considera ser errado: utilizar-se o desconhecimento da opinião pública para fazer passar a ideia de que não se faz nada!

Em face das explicações efetuadas pelo Sr. Presidente, o **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** menciona que todos os números que usou na sua intervenção não foram inventados, estes constam da Prestação de Contas 2015. Insiste que (vide página 15 do documento), em Aquisição de bens de capital, verifica-se que a execução ficou 34% abaixo do estimado (valor previsto de 4.028.000 euros, e valor executado de 2.657.000 euros), ao que corresponde uma taxa de execução de 66%. Se as contas estiverem mal feitas, pois estas não foram feitas por si, constam do documento em análise. Observa que o Sr. Presidente faz sempre, nas suas intervenções, um quadro cor-de-rosa. E repara, também, que hoje exerceu um discurso perigoso; primeiro, foi o entusiasmo ‘do momento’ em relação à gestão do pessoal, depois de terem elogiado que estava a gerir bem (leia-se a intervenção da Sra. Vereadora Cristina Rodrigues e dos seus colegas, Eleitos/as da CDU); logo a seguir vem com uma expressão do tipo “*eu quero gastar mais, só não gasto porque não me deixam*”. Mas, o Sr. Presidente esqueceu-se de que já não tem a desculpa de que, na governação do país, está a coligação

PPD/PSD.CDS-PP, os “malandros”! Pois, repare-se que o Orçamento de Estado que está em vigor, impede as progressões, promoções e aumentos por parte do Estado, e este foi aprovado pelo PCP e Os Verdes! Não venham sempre com a afirmação de que a culpa é sempre dos outros! A única diferença é que agora os partidos que o Sr. Presidente e os/as Srs./as Vereadores/as representam neste órgão autárquico – Câmara Municipal de Palmela – vêm-se confrontados com a realidade. Parece que quando é para a esquerda e para a esquerda mais radical, tudo se torna diferente! E, fazem aqui – nas reuniões camarárias – o discurso de que querem proporcionar aumentos, mas não os deixam. Em abono da verdade o que acontece é que os partidos que V.Exas. representam na Câmara Municipal de Palmela (PS, PCP e Os Verdes) não puseram à aprovação dos/as deputados/as na Assembleia da República um Orçamento de Estado que proporcionasse aumentos, porque, efetivamente, vêm-se confrontados com a realidade. Por muito que custe é o que têm de admitir!

Com observância para o IMI e o IMI familiar, o **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** começa com o reparo de que é perceptível que pese na consciência do Sr. Presidente que a discussão vá no sentido do que foi a definição da taxa do IMI e a rejeição da proposta do IMI familiar, por parte dos/as Eleitos/as da CDU.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** refere que há um ponto importante em relação aos rácios (da página 216 em diante do documento em apreciação): o gasto despendido por habitante com o pessoal / o número de trabalhadores da Autarquia por habitante / este último rácio é importante, porque permite perceber quanto custa a cada contribuinte o valor que desconta e, simultaneamente, o que a Autarquia devolve a estes.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** regista que há um dado importante que é o ‘espelho’ desta Prestação de Contas 2015, é que, efetivamente, a eficácia da Autarquia para arrecadar receita é grande, consegue executar mais do que aquilo que prevê em Orçamento. Quando é para gastar, verifica-se que a eficácia fica muito abaixo do que orçamenta. Conclui-se que, se a eficácia fosse na realidade tão grande, muitos dos problemas estariam resolvidos: dinheiro há, não há é habilidade e capacidade para o investir.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** esclarece que em nenhuma ocasião se melindrou.

Refere que a gestão dos relógios astronómicos na iluminação pública influi na eficiência energética, porque, na realidade, quando se alude às lâmpadas e à tecnologia vem sempre à tona a questão da eficiência. Para se fazer uma análise mais rigorosa, em relação a esta área, há que aguardar pelo resultado das candidaturas formuladas. Não resiste a uma pequena provocação: qualquer dia, o Pacto dos Autarcas, que estipula a redução dos 20% das emissões estará cumprido, só por conta da substituição de lâmpadas nas casas das famílias, e a Câmara Municipal fica com a responsabilidade de o fazer nos seus edifícios. Desde que foi assinado o Pacto de Autarcas e até hoje que a nova tecnologia tomou conta dos lares das famílias. São

reduções substanciais, já para não falar de outro tipo de eficiências que estão encorpadas nos eletrodomésticos e, também, das próprias empresas.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** menciona que o Sr. Presidente infere sempre em discursos que têm a ver com posições que os/as Eleitos/as do PS na atualidade não defendem, e que carecem de validação. A posição que ele e os seus colegas, representantes do PS, assumem, em relação ao trabalho suplementar é que este deve ser usado na medida em que for necessário ("nem a mais nem a menos"). E, sobretudo, que nesta Autarquia todo o trabalho suplementar seja remunerado, se for essa a intenção do trabalhador.

Ainda, com enfoque para a questão dos recursos humanos, o **Sr. Vereador Pedro Taleço** faz menção a um assunto com o qual tem convivido em áreas técnicas como a da engenharia e dos engenheiros eletrotécnicos e em que se nota um certo desequilíbrio: existe apenas um engenheiro de formação de base para uma câmara inteira. E, também, a questão do envelhecimento do pessoal do quadro e dos trabalhadores das áreas operacionais tem repercussões, assim julga, na diminuição que existe em relação às licenças de maternidade que existiram. Há uma maioria CDU que gere os recursos humanos há 40 anos. Então, não é de notar que havia trabalhadores em determinadas áreas que estavam a envelhecer? É uma pequena provocação que deixa. Independentemente da gestão se ver confrontada com as restrições à contratação e à requalificação de trabalhadores, houve alturas em que isso não aconteceu ("e nem foi assim há tantos anos"). Devolve a questão da mesma forma, percebendo, naturalmente, que quem está na gestão atualmente tem alguma dificuldade em responder por opções que outras pessoas tomaram.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** observa que são, de certo modo, repetitivas as respostas da maioria CDU nesta Autarquia em relação aos impostos municipais, nomeadamente, à definição da taxa do IMI. Estão todos de acordo no que respeita à estabilização dos impostos, mas nada impedia que se atingisse o valor mínimo do IMI o mais rapidamente possível. Teria sido uma opção possível de ser assumida. As receitas que têm sido arrecadadas por via da aplicação da taxa do IMI, tinham permitido que se reduzisse 1 a 2% ao ano, até ao limite de 0,39%.

Mais refere o **Sr. Vereador Pedro Taleço** adicionando o que distingue a posição dos/as Vereadores/as do PS da dos Eleitos/as da maioria CDU:

. Consideram que pode haver (e devia ter havido) em função da visão e da posição do Município em relação aos seus clientes – os munícipes – que, em anos em que as famílias se sentem fortemente penalizadas em tempo de crise, se devesse diminuir a atividade no que pudesse ser, sem por em causa as verbas estipuladas para o transporte escolar, o fornecimento de refeições, e as tarifas aprovadas para o consumo de água. Também assumiriam, em gestão, que o transporte escolar, as refeições escolares e as tarifas da água teriam de ser asseguradas nos moldes em que vêm sendo;

. No que diz respeito à descentralização, o Partido Socialista defende para o território deste concelho que esta tem de estar assente na proximidade. Diferenciam-se do projeto que vigora na Câmara Municipal de Palmela, porque na visão que empregam para o concelho passa-se pela implementação e interação social com uma muito maior dinâmica. Uma abordagem ao 3.º setor mostra-se muito mais descomplexada. Transportando para situações objetivas que foram faladas ao longo do ano, sente-se em condições de lançar o desafio (caso seja do interesse da maioria) para discutir as ideias ao pormenor, e qualquer avanço que se faça num projeto que se defina terá de ser 'encaixado' em orçamento. Insiste que a ideia dos/as Vereadores/as Socialistas é a abordagem do 3.º setor de uma forma descomplexada em parceria com uma dinâmica perfeitamente distinta. Apesar de haver uma série de competências que não estão reguladas pela tutela e que as Autarquias abordam e dão resposta, sem os devidos financiamentos, é nesta zona onde as melhores políticas sociais se sobrepõem. É nesta zona que não pertence às competências 'puras e diretas' das Autarquias Locais que se definem se os projetos são verdadeiramente sociais ou não, e se situam numa rede de forma concreta e não consultiva, que se investe num regulamento para todas as instituições perceberem o que está a ser exercido com verbas em orçamento municipal bem superior a 3.000 euros para a área dos idosos. A questão da gerontologia deve ser abordada de forma consistente. Não é o projeto do "clique sem idade", naturalmente feito de boa intenção, mas que não é estruturado numa intervenção que seja global e complementar. Reconhece que as áreas – no âmbito social – são minimamente trabalhadas, mas, em raros casos se vê verdadeiramente a profundidade das ações;

. Defendem os/as Eleitos/as do PS que os projetos que sejam estruturantes devem estar perfeitamente implementados e não serem feitos com meios parciais;

. O voluntariado é um projeto uno, sem se diferenciar a faixa etária dos intervenientes, nem a ação em causa. O voluntariado é algo transversal à comunidade e constitui uma oferta onde a pessoa, independentemente da idade, tem uma correspondência, e pode inscrever-se.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** termina a sua intervenção, adiantando que o sentido de voto dos/as Vereadores/as do PS, será a abstenção.

A **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** cumprimenta os presentes.

A **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** intervém para aditar um esclarecimento a uma questão que ficou por responder sobre a redução do número de análises que é feito nas ETAR's (Estações de Tratamento de Águas Residuais) e que se prende, essencialmente, com o facto de se ter obtido o licenciamento definitivo relativamente à ETAR da Quinta da Asseca e, como tal, a periodicidade de realização das análises é em menor número do que quando se tem uma licença provisória. Julga não incorrer em erro ao afirmar que o número de análises que é feito

pela Autarquia de Palmela é superior ao que é, efetivamente, a recomendação da ERSAR (Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos). Para concluir: são duas as ETAR's que estão sob a responsabilidade da Câmara Municipal de Palmela, as demais estão sob a responsabilidade da AdLVT (Águas de Lisboa e Vale do Tejo – Grupo Águas de Portugal).

Em face da intervenção havida pelo Sr. Vereador Pedro Taleço relativamente às políticas sociais e o tema do 3.º setor, o **Sr. Vereador Adilo Costa** menciona que está em crer que a relação existente entre a Autarquia de Palmela e as entidades da área social no território deste concelho é uma relação aberta, que engloba a rede social, o Conselho Local de Ação Social de Palmela, quer na representação das expetativas, quer nas reuniões da plataforma Supraconcelhia da Península de Setúbal. Não houve nenhuma vez em que nas reuniões com particulares, ou instituições de qualquer ordem que seja, ou do Conselho Local de Ação Social de Palmela, tenham sido apresentadas questões fundamentais estruturantes que têm a ver com a vida das Instituições Particulares de Solidariedade Social que, seguidamente, não tenham sido replicadas num patamar acima, no Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Setúbal. Já se fez chegar à Diretora deste Centro, Sra. Dra. Maria da Natividade Charneca Coelho, Vereadora nesta Câmara Municipal em representação do PS, um conjunto de alertas sobre a situação real das Instituições Particulares de Solidariedade Social em que, com exceção para uma ou outra, foram tomadas em bom tempo outro tipo de medidas, através da realização de candidaturas para situações que estão, neste momento, completamente descontroladas financeiramente.

Ainda, sobre a área social, o **Sr. Vereador Adilo Costa** refere-se aos três últimos fóruns que se realizaram nesta mesma sala e que abordaram sempre a temática da situação financeira do 3.º setor e a forma como este setor se havia de livrar daquilo que é um grande “encargo”. É do conhecimento geral que o anterior governo resolveu descentralizar para as Instituições Particulares de Solidariedade Social e, também, para as Autarquias um novo conjunto de medidas sem as correspondentes participações financeiras. O que, com certeza, vai ser reclamado é que nas Juntas de Freguesia de Palmela, Pinhal Novo e Quinta do Anjo passe a haver o atendimento descentralizado que foi retirado, uma vez que as Freguesias rurais do concelho (Marateca e Poceirão) já tinham outro cenário. O facto de o atendimento descentralizado, no âmbito da área social, ter sido retirado, levou a que no caso da Junta de Freguesia de Quinta do Anjo e do Centro Social de Quinta do Anjo, se chegasse à conclusão que a implementação desta medida levou a que perdessem milhares de euros. É preciso obviar ao que é estruturante e pergunta-se: qual é, neste momento, a estratégia da Segurança Social para este país. Não nutre grandes expectativas no que a Sra. Diretora do Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Setúbal venha a operar, na medida em que as decisões/medidas têm de emanar da parte da tutela, ou seja, vir de cima.

Com reparo para a intervenção do Sr. Presidente em relação à questão da ex-ARPIBA (Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos do Bairro Alentejano) e ao facto de a

Segurança Social não se quer comprometer com o apoio para construção do seu centro de dia, o **Sr. Vereador Adilo Costa** chama a atenção que na mesma situação estão uma série de outras instituições no território deste concelho. Com base nas candidaturas que são formuladas poderão vir a ser aprovados vários projectos/obras para levar à concretização, mas depois não existe cobertura financeira para a restante parte que tem de ser assegurada. Dá o exemplo de uma situação diferente: o Centro Social de Quinta do Anjo não tem capacidade para garantir a deslocação das suas viaturas a distâncias tão grandes como as que são necessárias para efectuar a cobertura do seu território.

Focando a expressão do Sr. Vereador Pedro Taleço de que, para a área dos idosos, a verba em orçamento municipal obedece a um montante de 3.000 euros, o **Sr. Vereador Adilo Costa** alude à página 284 da Prestação de Contas em que é visível que os apoios cedidos pela Câmara Municipal de Palmela às Instituições Particulares de Solidariedade Social somam 47.437,76 euros. Mas há uma parte que é invisível. E lança a interrogação: o que é feito das escolas que, em determinadas partes do território, a Autarquia se viu "obrigada" a encerrar. Foram vendidas a privados? Não. Houve sempre a 'consciência' e a capacidade para ali criar uma ligação social com a comunidade. Alguns exemplos: a Cáritas (em Cajados Velho), a escola do Bairro Margaça, e a escola de Palmela 1. Houve sempre o cuidado, até por parte das Associações de Moradores, de a gestão das escolas desactivadas não se perder e permanecer no interesse do domínio público.

Com sentido de esclarecimento da sua parte para com os Srs. Vereadores Pedro Taleço e Paulo Ribeiro, o **Sr. Presidente** menciona que a questão fundamental é a da estabilização das receitas. Acontece que, a única receita que se mostra estável é a do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) e a realidade é que este imposto tem servido, nos últimos anos, para compensar a oscilação das restantes receitas. Denota preocupação com a descida do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) que, este ano, já teve uma descida considerável. Enquanto for possível ter impostos diretos a rondar os 20 milhões de euros... Aquilo que é desejável é que os impostos indiretos, os que vêm aos cofres da Câmara Municipal, por via das operações urbanísticas de investimento se convertessem num maior número de processos/procedimentos e, por fim, no pagamento das taxas correspondentes. Para além da dinâmica que operariam no território, surtiriam numa verba maior em arrecadação das taxas. Todos poderão almejar ter uma outra redistribuição e visão sobre este assunto, ainda assim, a visão que se vai tendo é a que se revelou ser a mais acertada como a que foi empregue, e deliberada em cada ano, com a redução progressiva da taxa do IMI para prédios urbanos; a par de um conjunto de reduções e de isenções no cômputo das taxas para a dinamização da economia. Espera que haja mais investimento no território do concelho de Palmela e que a economia comece a dar resultados que sejam observáveis. São estes aspetos que vão permitir que se 'aliviem' outro tipo de impostos e taxas.

Quando o Sr. Vereador Pedro Talego refere que "*não resiste a uma pequena provocação*" e o faz relativamente ao Pacto dos Autarcas, que estipula a redução dos 20% das emissões estará cumprido, só por conta da substituição de lâmpadas nas casas das famílias, ficando a Câmara Municipal com a responsabilidade de o fazer nos seus edifícios, o **Sr. Presidente** considera dever registar que o objetivo do Pacto dos Autarcas não fica resolvido unicamente com a substituição das lâmpadas nas casas das famílias, ou então, terá de concluir que o Sr. Vereador conhece mal o Pacto. Leiam-se os dados do Observatório Energético para confirmar que o grande consumidor de energia é a indústria. Assim sendo, terão de ser as empresas a investir na redução de consumos e na eficiência energética. E, também, para as empresas do programa operacional denominado Portugal 2020. O Município de Palmela faz o seu trabalho no domínio dos equipamentos públicos e é, por isso, que tem candidaturas para os edifícios das escolas, os equipamentos culturais, e outros edifícios. Nos Armazéns Gerais da Câmara Municipal de Palmela já não há, praticamente, nenhuma instalação que não tenha Leds. Houve substituição das lâmpadas e, também, dos dispositivos. Na correspondente medida das obras/empreitadas que vão sendo realizadas, adequa-se a melhoria das instalações com este *upgrade* tecnológico.

Sobre a Prestação de Contas 2015, o **Sr. Presidente** enaltece que o caminho que vem sendo traçado, confirma-se como sendo o correto. É prudente saber distinguir o que é desejável do que convém evitar. O caminho/a estratégia que a maioria CDU pretende percorrer é o da consolidação da recuperação financeira com um balanço que tem vários indicadores que podem classificar-se como 'muito positivos'. E veja-se:

- o "peso" das despesas correntes diminuiu;
- os bens de capital e de investimento aumentaram 16,9%.

Fazendo incidir a sua atenção sobre a Despesa, quando o Sr. Vereador Paulo Ribeiro observa que em Aquisição de bens de capital se regista uma diminuição de 34% face ao que se projetava gastar, na medida em que a taxa de execução corresponde, apenas, a 66%, o **Sr. Presidente** confirma que, de facto, houve um desvio na execução, porquanto há obras que transitaram para o ano seguinte (2016) e, simultaneamente, verbas que estavam previstas, mas que não deram entrada nos cofres da Autarquia. Confere registar o seguinte: comparativamente a 2014, há uma redução de 2 milhões de euros, nos empréstimos entre capital e juros; logo assim, o serviço da dívida diminuiu. (A diminuição do passivo em 2,3 milhões de euros propiciou o aumento das disponibilidades deste Município). Vai ser preciso capital para "ir a jogo" em todas as candidaturas que, neste momento, já se encontram consignadas. Verificando-se que as receitas próprias não são suficientes, então há que reunir disponibilidades que permitam que se aceda à contratação de empréstimos – vide página 218 do documento em análise: a capacidade de endividamento da Autarquia aumentou! Repare-se que os proveitos operacionais aumentaram 1,07%, e os custos operacionais 1,1%. É real que os custos foram ligeiramente superiores aos proveitos, porque, até seguindo uma preocupação

que chegou a ser elencada nas sessões da Assembleia Municipal há que separar “o trigo do joio”. Constituíram-se algumas ‘batalhas’ no sentido de a Câmara Municipal conseguir a arrecadação de algumas receitas:

- com a EDP para a Autarquia ser indemnizada dos valores de determinadas taxas;
- nas dívidas de consumo de água pode vir a confirmar-se que a Autarquia não consegue a obtenção do pagamento de algumas destas;
- nos termos da lei dos pagamentos em atraso, o resultado é zero.

Em abono da verdade há que atender que, quando não se consegue a obtenção de receita que devia ser arrecadada, é certo que têm de existir provisões constituídas.

O **Sr. Presidente** continua a sua intervenção, enfatizando os seguintes aspetos que a Prestação de Contas 2015 demonstra:

- . A percentagem de execução das Grandes Opções do Plano (GOP) é muito boa, de 86,9%;
- . Aconselha a análise da Prestação de Contas de diferentes Municípios, no cômputo das *transferências correntes e de capital* para entidades várias, quer sejam freguesias, associações, colectividades, de maneira a que se faça a observação de um dado constante no documento em apreço e que, quanto a si, passou despercebido: a Câmara Municipal de Palmela transferiu, no ano de 2015, uma verba superior a 2 milhões de euros para as Juntas de Freguesia do seu concelho. E, as transferências para as Juntas de Freguesia aumentaram 12,08%;
- . Os indicadores permitem várias leituras e, efectivamente, regista-se o melhor desempenho em todos eles: em eficácia, eficiência e produtividade (sendo que, é sempre possível fazer melhor). Na produtividade nota-se uma acentuada melhoria;
- . (Página 217 do documento) – vive-se uma fase de consolidação do equilíbrio financeiro e indicia-se, claramente, a retoma de um ciclo de maior actividade e de mais investimento, que se estima poder vir a aumentar significativamente com o conjunto de projectos e de candidaturas que foram empregues.

O **Sr. Presidente** termina a sua intervenção dirigindo a sua atenção para o território do concelho de Palmela que pode ser visto como um território realizador capaz de “puxar” pela Autarquia. A Câmara Municipal de Palmela tem e pode contar com parceiros que são decisivos e empenhados e que, para além disso, estão muito sintonizados com o projeto de desenvolvimento sustentado que o Município tem para o seu território. Quanto a si, mostra-se dialeticamente insatisfeito, porque centra o seu objectivo em conseguir fazer “ainda” melhor. Este balanço, demonstrado na Prestação de Contas 2015, é muito positivo e há muitos anos que não se atingia este nível na Autarquia de Palmela.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com o voto contra do Sr. Vereador Paulo Ribeiro e a abstenção dos/a Srs./a Vereadores/a António Braz, Pedro Taleço e Cristina Rodrigues. Aprovado em minuta.

PONTO 2 – 3.ª Alteração ao Orçamento 2016 e Grandes Opções do Plano 2016-2019.

PROPOSTA N.º DADO 02_10-16:

«A 3.ª alteração ao Orçamento 2016 e Grandes Opções do Plano 2016-2019 tem como finalidade proceder ao reforço de diversas ações com dotações insuficientes e/ou com valores a definir, de modo a possibilitar o pagamento de encargos transitados e/ou lançamento de procedimentos concursais urgentes, nomeadamente:

1. Reforço da dotação da ação Ampliação e Remodelação da Rede de Abastecimento de Água, de modo a possibilitar o lançamento do procedimento urgente de aumento do diâmetro de conduta para permitir caudal para sistema de incêndio de duas empresas;
2. Reforço da dotação da ação Serviços de Cobrança de Água, uma vez que ainda não foi possível concluir todos os procedimentos concursais decorrentes da alteração contratual verificada no final do ano transato (rescisão do contrato com a EDP em resultado de alteração do enquadramento legal), cuja aplicação integral permitirá obter poupanças significativas;
3. Reforço da ação CICLOP7 – rede Ciclável da Península de Setúbal – concelho de Palmela, para possibilitar pagamentos transitados;
4. Reforço da dotação da ação IEE – Inovação, Empreendedorismo e Emprego, cujo valor se encontra integralmente a definir, de modo a possibilitar o lançamento do procedimento para aquisição de serviços para a criação do programa de ação para a inovação, empreendedorismo e Emprego no concelho de Palmela.

Foram, igualmente, introduzidos outros acertos sem expressão relevante nos documentos em apreciação.

A compensação destes reforços foi efetuada com a diminuição de dotação de ações relativas aos pagamentos à AMARSUL e Iluminação Pública, cujas verbas não serão necessárias utilizar nos primeiros meses do ano e que serão repostas na 1.ª revisão aos documentos previsionais, com a inclusão do saldo de gerência de 2015.

O valor desta alteração é de 260.245,00 € (duzentos e sessenta mil, duzentos e quarenta e cinco euros), e representa 0,61% do Orçamento em vigor.

Assim, ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 1, do art.º 33º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e nos termos do Decreto-lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, **propõe-se** a aprovação da 3.ª alteração ao Orçamento de 2016 e Grandes Opções do Plano 2016-2019.»

Sobre a proposta de 3.ª Alteração ao Orçamento 2016 e Grandes Opções do Plano 2016-2019, numerada DADO 02_10-16 intervêm:

O **Sr. Vereador António Braz** menciona que os/a Vereadores/a do PS entendem que o procedimento em causa – alteração ao Orçamento e GOP – respeita àquilo que são atos de gestão da Câmara Municipal, pelo que o seu sentido de voto, será favorável. Contudo, em representação dos/a seus/sua colega/s de bancada, oferece-se colocar a seguinte questão:

- . Será que o *item* correspondente à inovação do empreendedorismo e emprego não poderia, eventualmente, ser assegurado pelos próprios serviços da Autarquia? Os serviços vão lançar o procedimento da aquisição dos serviços, mas, insiste, não poderiam ser os trabalhadores da Câmara Municipal a executar este trabalho? Isto, porque a verba para o fim em causa corresponde, ainda assim, a um valor considerável que pode chegar aos 200 mil euros. Gostaria de ser elucidado.

Respondendo à questão formulada pelo Sr. Vereador António Braz, o **Sr. Presidente** refere que os serviços do Município não têm condições, nem capacidade, para realizar um trabalho que implica interação com outros atores locais e regionais. Por outro lado, a verba inscrita na acção IEE (Inovação, Empreendedorismo e Emprego) é, precisamente, para ser utilizada para a realização de estudos, planos de intervenção e/ou de formação, e/ou de dinamização e aquisição de serviços, não podendo ser dado um fim diferente como, por exemplo, o seu uso para investimento. Faz questão de adicionar que, os serviços camarários vêm-se “a braços” com uma dificuldade enorme que é a de conseguir elaborar projetos e candidaturas a tempo e horas à medida que os Avisos são publicitados em Diário da República. O trabalho a que obedece a prestação dos serviços no âmbito desta ação – inovação do empreendedorismo e emprego – reveste-se de cariz muito complexo e tem de ser executado por uma agência de desenvolvimento de consultores para, *à posteriori*, o Município de Palmela poder escrutinar e debater o mesmo, pelo que é realmente conveniente que seja feito externamente.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com a abstenção do Sr. Vereador Paulo Ribeiro. Aprovado em minuta.

DIVISÃO DE CULTURA, DESPORTO E JUVENTUDE

Pelo **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** cumprimenta os presentes e, em seguida, passa à apresentação da proposta que se transcreve:

Ponto 3 – Palmela Desporto, E.M. – Relatório e Prestação de Contas 2015.

PROPOSTA N.º DCDJ 01_10-16:

«Na reunião do Conselho de Gestão da empresa municipal Palmela Desporto, de 3 de março último, foram aprovados os documentos de prestação de contas relativos ao exercício de 2015.

A prestação de contas desta empresa reflete a atividade desenvolvida, bem como os resultados financeiros alcançados durante o passado ano de 2015, os quais apresentam um resultado líquido positivo, no valor de € 1.430,00 (mil, quatrocentos e trinta euros).

Para 2016 mantém-se a prioridade ao incremento de investimentos, em particular no setor da eficiência energética, em paralelo com a procura da qualidade dos serviços, aplicando-se os princípios do rigor e racionalidade dos custos de forma a consolidar e reforçar os resultados positivos alcançados em 2014 e 2015.

Os documentos de prestação de contas relativos ao exercício de 2015 da Palmela Desporto, E.M., aprovados pelo Conselho de Gestão, são os que se encontram anexos à presente proposta.

Dando cumprimento aos Estatutos da Palmela Desporto – Empresa Local de Promoção de Desporto, Saúde e Qualidade de Vida, E.M. Unipessoal, Lda., compete ao representante da Câmara Municipal exercer, de forma vinculada à posição do Município, o seu direito de voto na Assembleia Geral.

Assim **propõe-se**, em conformidade com o n.º 5, do artigo 9.º, dos Estatutos da Palmela Desporto, E.M. Unipessoal, Lda., que o sentido de voto do representante do Município seja o de aprovação dos documentos apresentados.»

Sobre a proposta de Palmela Desporto, E.M. – Relatório e Prestação de Contas 2015, numerada DCDJ 01_10-16 intervêm:

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** começa pela apresentação do que a seguir descreve:

– O relatório do Revisor Oficial de Contas (ROC) alerta para o decréscimo das receitas de exploração, de 9% relativamente ao ano transato (2014). Tal deve-se à quebra de receitas no campo de jogos de Palmela e, também, à descida do número médio de utilizadores da piscina municipal de Palmela. Simultaneamente, apesar desta redução de utilizadores, há um acréscimo de despesas de 1% que, embora não sendo significativo, é uma constatação.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** menciona que o Relatório e Prestação de Contas 2015 da Palmela Desporto, E.M., lhe merece os seguintes comentários:

. Nas atividades realizadas nota-se um acréscimo superior ao previsto. Nas 11 atividades previstas inicialmente, apenas 4 foram realizadas. Quais foram as ocorrências que determinaram o afastamento do que estava planeado?

. Nos resultados verifica-se uma diminuição de clientes na piscina municipal de Palmela que foi compensada pelo número de utilizadores da piscina municipal de Pinhal Novo; mas, chega-se à inevitabilidade da venda de serviços ter vindo a diminuir, consecutivamente, desde 2013;

. Há um espaço de tempo suficiente de três anos (2013 a 2015) para estabelecer uma tendência que tem explicações, mas, concomitantemente, têm de ser cruzados dados que se repercutem no que tem sido o esforço imenso que foi efetuado por parte da gestão e do pessoal da Palmela Desporto, E.M., no que diz respeito à diversificação da oferta e à tentativa de explorar todas as oportunidades de negócio e/ou de venda de serviços que a empresa propiciou. Os/a Eleitos/a do PS levam esse esforço de uma forma séria, e sabem que este efetivamente ocorreu. Tal é perceptível e legível pelo número de ações e de oferta que a piscina municipal de Pinhal Novo apresenta. Em contrapartida, há um comportamento da receita que não se traduz, nem sugere, que se possa aumentar a receita da Empresa Municipal para esta fazer frente à realização de investimento nos equipamentos desportivos que estão sob a sua gestão. Dizendo-o de outra forma: não é expectável que, nos próximos anos, a receita atinja um valor que possa sustentar a intervenção que os equipamentos necessitam, em termos de obras de remodelação, beneficiação, etc.. Já nem sequer se refere à construção de novos equipamentos. E, o que acontece é que, neste período, já se sai da zona onde havia a perceção para chegar a uma zona onde há certezas; e, quando se chegam a certezas que impossibilitam o futuro, têm de ser tomadas decisões em tempo certo. Há matéria para reflexão;

. Os/a Eleitos/a do PS têm vindo a alertar para uma situação que se cimenta num comportamento absolutamente linear, no sentido descendente – em pequenos valores – da prestação de serviços. E, a prestação de serviços, é o que tem de sustentar uma empresa e o que justifica a sua existência. Quando chega a uma empresa, cuja prestação de serviços cobre 57% do que são as receitas da mesma, e o restante tem de ser assumido pelas funções que exerce, socialmente cobertas pela Câmara Municipal de Palmela com um défice à exploração... coloca-se a pergunta: justifica-se a existência de uma empresa municipal. E, no entendimento da Vereação Socialista, o resultado da reflexão dirige-se no sentido da prudência. É preciso ser prudente neste caso, assim como noutros que sejam semelhantes! Por que, se os resultados fossem excelentes e o futuro estivesse assegurado com estes resultados, ter-se-ia de votar unanimidade a proposta em apreciação – Palmela Desporto, E.M. – Relatório e Prestação de Contas 2015! Adianta, desde já, que o sentido de voto a ser assumido pelos/a Eleitos/a do PS, relativamente a esta proposta, será a abstenção. Não os move nenhum outro tipo de análise;

. O acréscimo de despesas em 1% foca-se no valor pago em honorários. É notório um decréscimo significativo no gás natural e um ligeiro acréscimo no valor pago em electricidade, mas que se vê, claramente, (em sete vezes) compensado pela redução da verba despendida em gás natural. Voltando ao assunto do valor pago em honorários, é muito provável que tal se deva ao aumento da necessidade da prestação de serviços, e quiçá corresponderá ao regresso de um trabalhador.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** menciona que o resultado líquido que a Palmela Desporto, Empresa Municipal apresenta, e a tendência que se vislumbra na apresentação dos resultados, põe em causa (na opinião dos/a Vereadores/a do PS) a questão do modelo que vem sendo usado. Não há nada de extraordinário que se possa salientar. As atividades foram cumpridas como vem sendo hábito, e a gestão que é exercida não merece críticas. Pura e simplesmente, neste formato, está-se dependente da piscina municipal de Pinhal Novo para ter lucro, havendo dois equipamentos completamente sobrecarregados com a utilização por parte das escolas e dos protocolos estabelecidos. Insiste na questão que já antes suscitou em moldes diferentes: será que este modelo de delegação da gestão para uma empresa municipal é de levar por diante? Provavelmente será bom fazerem-se as contas. Há claras desvantagens de flexibilidade para um modelo de gestão delegada em comparação com uma gestão direta; mas, também há vantagens naquela que é uma gestão direta em relação, por exemplo, aos recursos humanos, assim como em outras áreas. Não lhe parece que haja questões substanciais que não se possam resolver noutro tipo de modelo.

Voltando a focar a sua atenção para os resultados das receitas, o **Sr. Vereador Pedro Taleço** regista que, estas (as receitas), para além de representarem 57% na prestação de serviço, há umas oscilações que têm vindo a ser observadas:

- as receitas diminuíram nos últimos 3 anos, enquanto, neste mesmo período, o défice à exploração tem vindo a aumentar. Esta compensação é para o modelo que vigora.

Mais refere a necessidade de se ter em atenção que a existência de uma empresa se justifica para gerar negócio e volume de vendas e, sobretudo (e se possível), para deixar de onerar a Autarquia em relação ao défice que é real. 'Supostamente' devia fazer face a todos os encargos com base na prestação de serviços de um modelo empresarial. Este é o que deve ser o verdadeiro funcionamento de uma empresa municipal. Em resumo: o objetivo devia ser o de a Palmela Desporto não onerar a Câmara Municipal e realizar serviço para pagar o serviço público que faz. Como este pressuposto não está a ser conseguido, é melhor fazerem-se as contas. Teima em fazer esta provocação, porque a maioria CDU, noutros fóruns, repercute a ideia de que "é melhor e é prudente que se façam as contas para saber os cenários que ficam". Acrescenta: também é prudente que se façam as contas que justifiquem os cenários. Provavelmente estará enganado e não é mesmo possível fazer a transição para uma gestão direta.

Em conclusão, o **Sr. Vereador Pedro Taleço** adianta que os/a Vereadores/a do PS nesta reunião, e em relação à proposta em apreço, vão abster-se em função da incapacidade que, nesta altura, revêm de a Empresa Municipal suportar os investimentos futuros, independentemente das intervenções de menor vulto que tem vindo a executar e da tendência da receita. Esta indicia que não vai ser possível, sem a Câmara Municipal de Palmela, ter uma mudança de política em relação ao investimento e assegurar o futuro da Palmela Desporto, Empresa Municipal, e da sua gestão relativamente aos equipamentos municipais, tão bem como tem sido feito até a este momento.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** começa por salientar que, cada ano que passa, se sente mais à vontade para fazer a apresentação da proposta do Relatório e Prestação de Contas da Palmela Desporto, E.M.; mas, esta será, eventualmente, a última vez em que irá abordar esta temática, uma vez que, atendendo à alteração na distribuição de pelouros, a área do Desporto fica cometida ao seu “ilustre” colega, Sr. Vereador Luís Miguel Calha.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** menciona que as situações que têm vindo a ser identificadas vão-se tornando extraordinárias aos ‘olhos’ de alguns, felizmente, apresenta-se tranquila aos ‘olhos’ de outros. Apresenta-se “tranquila” perante o ‘olhar’ da maioria CDU, no que concerne a que a Palmela Desporto, E.M., se mantém de forma afirmativa entre as empresas municipais que não só têm presente como futuro e que criada que foi para um determinado fim/objetivo está a conseguir superá-lo, designadamente, no que tem sido um período de grave crise económica e financeira. Há que observar que mais de uma centena de empresas municipais tiveram de liquidar o seu património e encerrar, deixando os seus territórios mais “empobrecidos”. É extraordinário poder comprovar que a Palmela Desporto – Empresa Local de Promoção de Desporto, Saúde e Qualidade de Vida, E.M. Unipessoal, Lda., consegue, pelo segundo ano consecutivo, ter resultados positivos. Em 2013 apresentou um resultado ‘ligeiramente’ negativo, mas, nos dois anos seguintes (2014 e 2015) reverte na apresentação de resultados positivos. É importantíssimo registar o seguinte: faz votos para que o governo em funções altere a legislação que regula as empresas municipais, porque o ‘leque’ de índices a que têm de obedecer é muito vasto e exigente. Em abono da verdade, refira-se que nas reuniões realizadas entre os executivos (maioria CDU) na Câmara Municipal de Palmela e o Conselho de Gestão da Palmela Desporto, E.M., nunca se colocou a situação de que a Empresa Municipal estivesse a correr determinado risco; e as situações que existem para resolver são sempre superadas. É extraordinário. O que se pode classificar como “normal” e/ou desejável é que a Palmela Desporto consiga pautar-se por uma execução orçamental que se considere interessante.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** continua a sua intervenção, chamando a atenção para os seguintes valores em percentagens:

- nos rendimentos e ganhos há uma variação de -0,97%;

- nos gastos e perdas a variação apresenta-se em -0,65%;

Estes dados espelham que se conseguiu uma gestão bastante equilibrada.

Sobre a questão da compensação pelo défice à exploração, o **Sr. Vereador Adilo Costa** chama a atenção de que o paradigma mudou no ano passado. Até podia ter vindo a verificar-se que a Palmela Desporto, E.M., tivesse demonstrado mais lucro, mas deu-se o caso de o Palmelense Futebol Clube ter deixado de utilizar o campo de jogos municipal de Palmela. O Palmelense Futebol Clube conseguiu encontrar condições de infraestruturas no seu próprio campo de jogos, denominado campo Cornélio Palma. Não incorre em erro ao afirmar que houve visão por parte da equipa do Palmelense Futebol Clube, da Câmara Municipal de Palmela e da Palmela Desporto, E.M., em arranjar uma situação equilibrada, de forma a que haja um outro tipo de contrato de desenvolvimento desportivo, e salvaguardando o risco de maior redução do rendimentos da Empresa Municipal em questão. Assim sendo, o campo de jogos municipal começou a ter utilização por parte de outras entidades, nomeadamente, o Vitória Futebol Clube e o Futebol Clube de Setúbal. Pretende-se diversificar sem propiciar a que se alcance uma gestão intensiva.

Dirigindo a sua atenção para um reparo do Sr. Vereador Pedro Taleço quando este menciona que existem dois equipamentos sob a gestão da Palmela Desporto, E.M., que estão completamente sobrecarregados com o usufruto pelas escolas no âmbito dos protocolos que vigoram, o **Sr. Vereador Adilo Costa** refere que é merecedor de ser salientado que se acrescentasse o uso que é dado ao pavilhão desportivo municipal do Pinhal Novo, mas o equipamento que acaba por apresentar-se com receitas mais 'folgadas' acaba por ser a piscina municipal do Pinhal Novo. A realidade é que os equipamentos desportivos municipais são usados, ou têm uma utilização de cariz ou caráter (se assim se quiser) de âmbito social. A relação é, ainda, mais intensa, na medida em que o pavilhão desportivo municipal do Pinhal Novo desenvolve atividades e eventos regulares do calendário oficial do desporto (por exemplo: basquetebol, futsal, ginástica, judo). Desenvolvem-se os programas de desenvolvimento desportivo que, de outra forma, não existiriam em equipamento fechado no território deste concelho. Isto não é algo de somenos. É preciso haver capacidade (em grande parte no que respeita às piscinas municipais de Palmela e de Pinhal Novo) para conseguir alcançar resultados positivos, tal como foi conseguido; mas, não se devem descentrar daquilo que é o objetivo principal: a prestação de serviços, no âmbito da prática e do desenvolvimento desportivo, à população do município de Palmela. O trabalho preconizado pretende a implementação e a manutenção da dinâmica ligada à prática desportiva e à saúde. Realça a capacidade que a gestão da Palmela Desporto tem empregue para diversificar as suas atividades. Constata-se, de facto, que há atividades com menor utilização, assim como há uma redução num conjunto de utilizadores em algumas atividades. Mas, é preciso, também, observar o número de praticantes em: *ballet*, ensino especial, hidroterapia, Krav Maga, ginástica de preparação para nascimentos e após o nascimento dos bebés. No fundo há variações que têm a ver com a oferta e a procura,

pelo que é necessária a existência de uma visão atempada dessas mesmas variações, o que, nem sempre, corresponde à resolução no mês seguinte. Isso faz com que, nalgumas funções, os honorários mostrem uma verba despendida mais elevada do que o previsto, porque são asseguradas por avençados. O aumento dos gastos não obedeceu só aos honorários, porquanto no trabalho administrativo também os houve. Há, igualmente, que reconhecer a remodelação que foi feita de todo o parque informático, o que condiz com um avultado investimento que a Palmela Desporto, E.M., teve de fazer. E repare-se: em relação aos próprios investimentos, a Empresa Municipal, superou 28% o investimento previsto, o que é sinónimo que conseguiu levar por diante um aumento na rubrica de investimento. A rubrica de investimento estava, no passado, sempre abaixo do que tinha sido previsto.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** faz menção ao grande esforço que está a ser feito na formulação de uma candidatura que se quer ver aprovada e se relaciona com a eficiência energética. A aprovação desta candidatura e a sua implementação pode vir a dar origem à redução das despesas em gás e eletricidade em somas que são bastante avultadas.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** termina enfatizando os objetivos conduzidos pela Palmela Desporto, E.M., no que toca às atividades que desenvolve nos equipamentos desportivos que estão sob a sua gestão, durante o ano de 2015:

- . Das 48 ações que estavam previstas, realizaram-se 64 (+16 do que o previsto), com uma taxa de execução de 121%;
- . Regista-se uma taxa de execução, no *item* de promoção do desenvolvimento desportivo na qualidade e nas condições da prática, em 169%;
- . Uma taxa de execução de 100% em desenvolvimento organizacional.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** volta a usar da palavra para expor as seguintes considerações:

- Uma das questões que apresentou relaciona-se com o facto de o Relatório e Prestação de Contas 2015, da Palmela Desporto, E.M., em análise, registar que, em termos de obras de beneficiação e de construção apenas se realizaram 4 das 11 que estavam previstas em Orçamento. Qual a ocorrência que determinou esta alteração do planeado?
- Nada o move, nem a si, nem ao Sr. Vereador António Braz, nem à Sra. Vereadora Cristina Rodrigues, presentes nesta reunião, contra a Palmela Desporto, E.M.. À partida também não há um modelo de gestão melhor do que o outro. Há 'aquele' que se adequa mais e oferece melhores resultados. Se o problema não é a maneira como a gestão é feita,... ?
- Observa que o Sr. Vereador Adilo Costa se situou nos resultados positivos, face ao que tem a referir: não querendo minorizar os resultados positivos, a razão é a de que

se deve querer sempre alcançar resultados positivos, até por uma questão de existência de uma empresa. Mas, repare-se no seguinte:

- . em 2013 – a receita de venda e serviços soma 902 mil euros, a par de um subsídio à exploração que fica em 444 mil euros;
- . em 2014 – diminuiu a verba na receita de venda e serviços, em comparação com o ano anterior, para 838 mil euros / aumentou o subsídio à exploração, em comparação com o mesmo ano, para 520.430 euros;
- . em 2015 – a receita em venda e serviços situa-se em 762 mil euros, contra um aumento no subsídio à exploração para 600 mil euros;
- . é visível que a receita proveniente do usufruto do campo de jogos de Palmela apresentava-se, em 2014, com resultados na ordem de 54 mil euros, e passou para valores de apenas 3 mil euros.

Com observância para a rubrica de investimentos (já várias falada na discussão deste ponto da ordem de trabalhos) e não querendo inferir, conforme o refere o **Sr. Vereador Pedro Taleço**, mas denota uma tendência para os resultados serem apresentados como são (“não é uma crítica”); mas, é mais do que preciso, é urgente, perante os resultados que se oferecem, programar e realizar – levar realmente à prática, sem adiamentos de nenhuma ordem - obras de beneficiação nos equipamentos desportivos municipais que estão sob a gestão da Palmela Desporto, E.M.; a não ser que a Câmara Municipal de Palmela assuma que o vai resolver. Tal objetivo não se aplica bem num contrato de comodato. Há que operar uma mudança, porque os resultados podem melhorar a gestão, podem afiná-la, mas não vão criar margem suficiente para resolver a questão do investimento – as obras de beneficiação/melhoramento que têm de ser executadas e que culminam em verbas mais avultadas que têm de ser investidas.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** expressa, em seu nome e dos/as Srs./as Vereadores/as do PS, que existe um grande fator de público, o que os/as levará a votar favoravelmente o défice à exploração (sabendo que se vai atingir um ‘peso’ acima dos 40%). A discussão na reunião de hoje, por parte dos/a Eleitos/a do PS, não questiona a existência de uma melhor gestão para os equipamentos desportivos municipais, mas pretende tão somente deixar em aberto que o modelo em vigor possa passar a ser um modelo misto, ser repensado, ou a necessidade de se considerarem outros, discutindo-os publicamente, para se chegar a um resultado final. Os resultados que têm vindo a ser apresentados, não permitem aos/às Eleitos/as na oposição, continuarem a pautar o seu sentido de voto pela abstenção, nomeadamente quando é votada a proposta relativa aos documentos previsionais da Palmela desporto, E.M., para o ano seguinte. Contudo, há dúvidas que têm de ser suscitadas, a par de discussões que têm realizar, mas, sem que a maioria CDU dê um “sinal” em termos de gestão sobre os investimentos que (“estão à vista”) carecem de execução, torna-se muito difícil tal(ais) ato(s). É certo que a aprovação das candidaturas e a sua passagem à prática vai obviar à resolução de alguns problemas, mas a

Empresa Municipal volta a debater-se com os problemas no que concerne a assegurar a componente imensa do serviço público que tem a prestar. Porque, o não conseguir gerar negócio para pagar um objetivo (que deve ser primário) em termos da criação para pagar este investimento público, há que existir algo na sua própria conjuntura; e o que se verifica, é que a Câmara Municipal de Palmela tem de ir “a socorrer” para os resultados da Palmela Desporto, E.M., se apresentarem positivos ou próximo deles. A intervenção que faz é posta, ou colocada, na boa fé.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** tece o reparo de que, a implementar-se, neste momento, um outro tipo de gestão, seria bastante imprudente. Há que atender, a todo o tempo, a esta questão (já focada anteriormente) sobre a variação da oferta e da procura no mercado. A capacidade de a Câmara Municipal dar resposta imediata seria, certamente, muito tardia em relação à realidade. Sobre a questão do contrato de comodato, e a relação de comodante/comodatário, já teve oportunidade de afirmar, em ocasiões anteriores, que acaba por ser um contrato “leonino” e não há interesse nenhum nisso, porque a Palmela Desporto, E.M., é uma extensão da Câmara Municipal de Palmela, face aos mecanismos que a lei lhe permite. É desejável que a Lei 50/2012, de 31.08 (que aprova o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais e revoga as Leis n.ºs. 53-F/2006, de 29 de dezembro, e 55/2011, de 15 de novembro), seja alterada, por forma a que as questões de natureza mais estruturante possam ser revistas e se obviasse a que a Autarquia de Palmela tenha uma atitude diferenciadora em comparação com a que vem sendo feita.

Nesta altura, o **Sr. Vereador Adilo Costa** dá a palavra ao Sr. Presidente do Conselho de Gestão da Palmela desporto, E.M., para que adicione as explicações que considere necessárias para uma melhor perceção da proposta em apreço.

(Esta intervenção não pode ser reproduzida, dado que não foi usado o microfone).

O **Sr. Presidente** regista que o Conselho de Gestão da Palmela Desporto, E.M., tem autonomia para programar os investimentos e “doseá-los” (programá-los) de acordo com a sua capacidade financeira e o seu grau de prioridade. Há investimentos que podem estar programados, mas a situação do rebentamento de uma caldeira, ou a necessidade de remodelação de tubagens de água no balneário que pode acontecer de um momento para o outro, alteram as prioridades que estavam estabelecidas. Garante que a Câmara Municipal de Palmela está “sintonizada” na preocupação de como fazer chegar investimentos - de volume que possa classificar-se como sendo de relevo – para investimentos estruturantes, e para os quais o Município de Palmela tem candidaturas já consignadas – tendo de respeitar-se o enquadramento legal existente. É preciso que se sublinhe o seguinte: a legislação em vigor pode condicionar a concretização dos investimentos de maior envergadura! É real que as obras estruturantes são necessárias, até para ‘libertar’ a Palmela Desporto, E.M., de custos de funcionamento que permitam que se faça, até com maior frequência, intervenções/obras de conservação corrente dos equipamentos sob a

sua gestão, a um ritmo que seja desejável. Este é um aspeto que está a tentar ser clarificado do ponto de vista jurídico.

O **Sr. Presidente** alude à enorme expectativa que existe de o atual governo que, quando estava na oposição foi bastante crítico à legislação que pende sobre esta matéria – as empresas municipais -, e de vir 'agora' a melhorar o quadro legislativo para que este não seja impeditivo de determinadas parcerias e que, naturalmente, as empresas municipais possam manter a segregação de funções no que seja para segregar, mas com uma articulação que se vê indispensável, assim como necessária.

Por último, o **Sr. Presidente** salienta o quão importante são os indicadores de gestão, a par das questões financeiras. Não menos importante deve ser a afirmação de que a Palmela Desporto, E.M., é para a maioria CDU, uma empresa cujo modelo deve continuar a funcionar nos termos em que se apresenta atualmente, a não ser que surja uma alteração legislativa que permita que se equacionem outros cenários. Para já, é neste modelo que a CDU, que exerce a gestão neste órgão autárquico, quer continuar a trabalhar. O seu comportamento não é como o de um accionista privado de uma empresa que quer, a todo o custo, ter dividendos para remuneração de capital. Insiste na afirmação já efetuada pelo Sr. Vereador Adilo Costa no sentido de que, a Palmela Desporto, E.M., é uma extensão da Câmara Municipal de Palmela – “um braço” – da política de desenvolvimento desportivo que é exercida neste território. Desde que existe a Palmela Desporto, E.M., que a oferta desportiva é diferente, e a forma como o Conselho de Gestão da mesma tem sabido diferenciar essa oferta, permite que se colmate a descida num ou noutro setor, e se mantenha a rentabilidade das suas instalações, num trabalho que se quer louvável e que carece de continuidade. Há aspetos relacionados com a economia da vida das famílias que fazem com que esta venda de serviços não seja, por si só, rentável. Repara que existem empresas que estão mais “escravizadas” do que outras, na necessidade de rentabilização do capital dos acionistas e, por isso, percorrem um caminho que é mais simples: aumentam tarifas e preços, a par de mais umas “artimanhas”. A maioria CDU nesta Câmara Municipal defende que o subsídio à exploração ou a indemnização compensatória é, neste momento, o que está em concordância com a estratégia que defende. O retorno, em termos da prática desportiva, com base nos programas do serviço que é prestado às coletividades, é notório. Se for necessário ir mais longe por via do investimento que tenha de vir a acontecer, a Câmara Municipal terá de equacionar a possibilidade, até porque os edifícios – equipamentos desportivos, sob gestão da Palmela Desporto, E.M. - são municipais. É evidente que se quer ter o maior aproveitamento das candidaturas que possam vir a ser aprovadas para colocar em prática os projectos/empreitadas a que as mesmas dizem respeito. Está certo que vai haver oportunidade para o executivo camarário voltar a refletir sobre esta matéria: a execução das obras de investimento estrutural nos equipamentos desportivos municipais.

Opina que o balanço do Relatório e Prestação de Contas 2015 da Palmela Desporto, E.M., é positivo e é a confirmação do caminho que tem vindo a ser percorrido, pelo que considera que, a proposta em apreciação está em condições de ser votada.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com a abstenção dos/a Srs./a Vereadores/a António Braz, Pedro Taleço, Cristina Rodrigues e Paulo Ribeiro. Aprovado em minuta. Os/a Eleitos/a do PS apresentam declaração de voto.

DECLARAÇÃO DE VOTO DOS/A SRS./A VEREADORES/A DO PS

"Os Vereadores e a Vereadora do Partido Socialista votaram vencidos, abstendo-se, pelos seguintes motivos:

Não obstante o esforço e competência reconhecidos à gestão da Palmela Desporto, bem como dos/das trabalhadores/as e colaboradores/as, continua a não se verificar a existência de uma política do Município relativamente ao futuro sustentável da Empresa, que transmita opções em termos de investimento para manutenção e possível expansão dos equipamentos, de forma a assegurar a sua eficiência e rentabilidade. A queda anual e sucessiva da venda de serviços resulta numa incapacidade de realizar investimento.

Por outro lado, o peso de 43%, cerca de 600 mil euros, da compensação pelo défice de exploração transferidos anualmente pela autarquia para a empresa, torna desejável uma redefinição estratégica da Câmara Municipal, reavaliando o modelo de gestão, delegada ou direta, dos equipamentos desportivos municipais."

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

Cerca das dezoito horas e vinte e cinco minutos, o **Sr. Presidente** declara encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que eu, *Paulo Eduardo Matias Pacheco*, Diretor do Departamento de Administração e Finanças, redigi e também assino.

O Presidente

Álvaro Manuel Balseiro Amaro

O Diretor do Departamento

Paulo Eduardo Matias Pacheco